

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**UMA ANÁLISE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA BRASILEIRA
PÓS 1990 E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O MERCADO DE CRÉDITO NO
PERÍODO 1994 A 1999**

MANUELA MESQUITA FREITAS

**PORTO ALEGRE
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**UMA ANÁLISE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA BRASILEIRA PÓS
1990 E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O MERCADO DE CRÉDITO NO
PERÍODO 1994 A 1999**

MANUELA MESQUITA FREITAS

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof.Dr. Antônio Ernani Martins Lima

**PORTO ALEGRE
2010**

**UMA ANÁLISE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA BRASILEIRA PÓS
1990 E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O MERCADO DE CRÉDITO NO
PERÍODO 1994 A 1999**

MANUELA MESQUITA FREITAS

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Apresentada em Porto Alegre, dezembro de 2010.

Prof. Dr. Antônio Ernani Martins Lima – orientador

Prof. Dr. Pedro Silveira Bandeira

Prof. Dr. Maria Alice Lahorgue

Dedico este trabalho a Deus, aos meus pais, Jorge e Marta, meus irmãos, Vera e Jorge Eduardo, meus sobrinhos, Carolina, Lucas e Luana, e ao meu namorado, Gabriel, com todo meu amor.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Participação das Receitas de Prestação de Serviços sobre as Despesas de Pessoal dos Principais Bancos (1994 e 2005).....	48
Tabela 2	Número de ocupados no setor bancário Brasil - 1989/1999.....	49
Tabela 3	Quantidade de bancos múltiplos e comerciais Brasil - 1993/1998 unidade.....	50
Tabela 4	PROER: Valor das operações1	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Alavancagem (Ativo Ajustado/Património Líquido) dos Bancos Múltiplos Privados – 1994 a 1996.	52
Figura 2: Bancos Múltiplos privados – Princípios contas do Ativo e sua participação.....	53
Figura 3: Sistema Bancário – Crescimento do Crédito Total de 1989 a 1999.....	54
Figura 4: Juros, <i>Spread</i> e Crédito Livre Doméstico/PIB	54
Figura 5: Sistema Bancário – Crédito Concedido ao Setor Privado em Relação ao Total – 1989 a 1999.	55
Figura 6: Bancos Privados: Crédito ao Setor Privado. Bancos Públicos: Crédito ao Setor Privado.	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 AS RELAÇÕES FINANCEIRAS E A INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10
1.1 As Relações Financeiras	10
1.2 A Intermediação Financeira	13
2 OS BANCOS.....	19
2.1 Breve Histórico e Conceituação dos Bancos.....	19
2.2 Os Bancos Comerciais e Múltiplos	20
2.2.1 Produtos e Serviços Bancários	24
2.2.2 Contabilidade dos Bancos Comerciais e Múltiplos	33
2.2.3 Administração do Ativo e Passivo dos Bancos Comerciais e Múltiplos	34
2.3 Teorias da Firma Bancária	37
3 A REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA.....	40
3.1 Evolução do Sistema Bancário Brasileiro	40
3.1.1 Da Reforma Financeira de 1964 à Crise Pós-1994	40
3.1.2 O Plano Real	44
3.1.3 O Acordo da Basiléia.....	45
3.2 A Reestruturação Bancária	47
3.2.1 O PROER.....	50
3.2.2 O Comportamento do Crédito Bancário de 1994 a 1999.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

INTRODUÇÃO

O fim dos anos 1980 e início dos 1990 foi um período de intensa transformação no que tange ao sistema financeiro brasileiro. Um sistema que, atrelado ao governo ditatorial, se apresentava com uma estrutura altamente conservadora e regulamentada, dá lugar a um novo sistema, fruto de uma nova mentalidade, liberal e desregulamentadora.

Os determinantes desta transformação foram diversos, sendo a reforma bancária de 1988 apenas o início desse processo, trazendo consigo elementos estreitamente relacionados à nova mentalidade emergente, como a liberalização financeira, a desregulamentação e a abertura comercial.

A reforma bancária de 1988, nascida de uma resolução do Banco Central, foi responsável pela criação dos bancos múltiplos e pela extinção das cartas-patentes. Alterações estas suficientes para o desencadeamento de um processo de mudanças no sistema financeiro nacional.

Seguindo-se à reforma bancária de 1988, a implantação do Plano Real em 1994, com o controle da inflação e a estabilização econômica, contribuiu para um maior distanciamento entre o sistema anterior e o atual.

Frente às mudanças, os bancos tiveram que se adaptar, para se adequar à nova legislação e, sobretudo, para se manter no mercado. Com o controle da inflação, os bancos tiveram que mudar suas estratégias, pois sua principal fonte de rentabilidade, os ganhos com *float*, se extinguiram.

A questão a ser investigada neste trabalho é justamente esta reestruturação bancária ocorrida a partir da década de 1990 e sua relação com a evolução do crédito no país no período de 1994 a 1999.

Muitas são as variáveis envolvidas na determinação do crescimento e do desenvolvimento econômico de um país. O desenvolvimento da intermediação financeira é sem dúvida um acelerador destes processos.

A intermediação financeira é responsável por uma melhor alocação dos recursos na economia. Assim, quanto mais desenvolvida, melhores são as condições para o crescimento e o desenvolvimento de uma economia.

Muito embora a intermediação financeira seja conhecida de longa data e largamente utilizada pelas nações, seu desenvolvimento ainda é desigual e em muitos casos precário, impedindo que a totalidade de seus benefícios seja usufruída por muitas populações.

Em países “em desenvolvimento” como o Brasil, onde a intermediação financeira é principiante, os bancos são responsáveis por parte expressiva do financiamento da economia, tornando-se principais intermediadores nesses países.

Tendo em vista esta característica da intermediação financeira nos países “em desenvolvimento” e para melhor entendê-la, torna-se necessário um estudo do desempenho bancário no setor de crédito. A escolha do período da reestruturação bancária dos anos 1990 se deve à significativa mudança no sistema financeiro ocorrida na época.

O objetivo geral deste estudo é contribuir para um melhor entendimento da relação entre evolução do setor bancário e evolução do mercado de crédito no país, tomando como ponto de partida a reestruturação bancária da década de 1990.

Os objetivos específicos deste trabalho são: identificar os principais aspectos da reestruturação bancária, sobretudo o que tenha relevância sobre o mercado de crédito; analisar a evolução quantitativa e qualitativa do crédito no país no período posterior à reestruturação; estabelecer uma relação entre os dados referentes ao crédito e ao processo de reestruturação bancária.

A metodologia deste trabalho incluirá: uma análise descritiva indireta dos dados relativos ao mercado de crédito no país a partir do início do processo de reestruturação bancária, na qual visualizaremos a evolução destes dados ao longo do período; uma análise dos elementos correspondentes à reestruturação bancária e sua possível relação com os dados do mercado de crédito analisados.

O estudo será estruturado em cinco capítulos. O primeiro será uma breve introdução, onde constará a situação, o problema, os objetivos, geral e específicos,

pretendidos. O segundo descreverá conceitos importantes sobre intermediação financeira para que se possa entender a estrutura onde ocorre o problema a ser estudado. O terceiro aborda o conceito da instituição financeira conhecida como “banco”, suas atividades, um breve histórico de sua evolução e teorias sobre a firma bancária. O quarto trata da evolução do setor bancário brasileiro da década de 1960 até a de 1990 e da reestruturação financeira ocorrida na década de 1990. Por fim, o quinto apresenta as conclusões do trabalho.

1 AS RELAÇÕES FINANCEIRAS E A INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

1.1 As Relações Financeiras

Para um melhor entendimento da influência do setor bancário no mercado de crédito, torna-se importante saber em que estrutura ele está inserido e o funcionamento da mesma. Este capítulo pretende fazer um apanhado sobre as relações financeiras, os sistemas financeiros, a intermediação financeira e principalmente elucidar o funcionamento dos principais intermediários financeiros, os bancos, destacando sua função no sistema financeiro.

A evolução das relações econômicas ao longo do tempo permitiu novas e maiores oportunidades de crescimento econômico. Dentre as fases deste processo de evolução, merece relevante atenção a passagem do sistema de trocas, ou escambo, para o sistema monetário.

O sistema monetário trouxe consigo a superação de diversos obstáculos enfrentados pelo sistema antigo, como por exemplo, a eliminação da necessidade de conciliar interesses para a efetivação das trocas, a possibilidade de reserva de valor. Estas transformações promovidas pelo novo sistema proporcionaram um expressivo aumento nas transações econômicas e na produção.

Entretanto, uma das maiores contribuições do sistema monetário foi abrir caminho para o desenvolvimento de relações financeiras.

Relações financeiras são estabelecidas sempre que um agente econômico é capaz de transferir o comando sobre recursos para terceiros, contra o reconhecimento de uma obrigação (e de seu serviço) por parte do beneficiário. (CARVALHO, 2000, p. 236)

Característica do sistema capitalista moderno, as relações financeiras potencializam o desenvolvimento econômico e promovem uma melhor alocação de recursos na economia, através, principalmente, de um grande incremento na capacidade de investimento da economia, pois promovem o distanciamento entre a posse dos recursos e sua aplicação. Em outras palavras, permitem que os investimentos sejam feitos não exclusivamente pelos detentores dos recursos.

À medida que estas relações financeiras foram se disseminando entre as nações e ganhando importância no volume de transações, sistemas foram criados para promover, organizar e regulamentar estas práticas: os sistemas financeiros.

Os sistemas financeiros são compostos de mercados e instituições que objetivam o desenvolvimento das transações financeiras e são organizados de forma diversa entre os países, dependendo de diversos fatores, como o nível de desenvolvimento da estrutura econômica e a história econômica de uma determinada localidade.

Podemos definir mercados financeiros como agregadores de transações cuja efetivação se processe através da emissão de obrigações por parte dos tomadores em contrapartida à cessão de recursos por parte dos emprestadores.

Desta maneira, podemos dizer que os mercados participantes do sistema financeiro são formados por agentes diferentes, basicamente, três tipos: agentes econômicos com orçamento equilibrado; agentes econômicos com orçamento deficitário e agentes econômicos com orçamento superavitário. Os primeiros são agentes cujos gastos correntes, entre consumo e investimento, equivalem em valor à renda recebida. Os segundos são agentes cuja renda em um determinado período é menor que seus gastos no mesmo período. São demandantes de recursos para gasto no período atual e estão dispostos a ceder parte de sua renda futura como forma de contrapartida. Os terceiros, enfim, são agentes cuja renda é maior que seus gastos correntes no período. São ofertantes de recursos, desde que com uma contrapartida de renda futura pelo tomador.

Os tipos de mercados que compõem os sistemas financeiros são variados, classificando-se de acordo com as diferentes características dos ativos transacionados, como seu perfil de risco, retorno esperado, garantias utilizadas etc. Os mercados também são comumente classificados por óticas específicas, dependendo da ênfase que se quer dar à determinada característica dos ativos movimentados. Dentro desta ótica específica, temos alguns tipos conhecidos de classificação, como a determinada pelo foco na natureza da transação e do contrato, onde temos: mercado de crédito e mercado de títulos; a com base na identidade dos participantes, dividindo-se em mercado primário e mercado secundário.

A classificação com base na natureza da transação e do contrato divide os mercados em dois tipos de acordo com os contratos resultantes de suas transações, quais sejam: mercado de crédito e mercado de títulos. No mercado de crédito, os contratos são normalmente individualizados, efetuados de acordo com a vontade das partes (tomador e emprestador) no que diz respeito às condições da transação

como: taxas de juros, prazo, garantias etc. No mercado de títulos, em contrapartida, os contratos são genéricos, efetuados com base na vontade do emprestador, tendo o tomador que aceitar ou não suas condições. Outra diferença entre as transações efetuadas no mercado de crédito e no mercado de títulos diz respeito à negociação em mercado secundário. Enquanto no mercado de títulos a possibilidade de negociação no mercado secundário é bem expressiva, no mercado de crédito é mais restrita, mesmo que tenha aumentado nos últimos anos.

A classificação em mercado primário e mercado secundário é explicada, de maneira bem clara, por Rossetti (1998, p.414):

O mercado primário é aquele em que se realiza a primeira aquisição do ativo, assim que emitido. É nesse mercado que efetivamente se transferem fundos de agentes superavitários para agentes deficitários, no financiamento das atividades produtivas e do consumo. O mercado secundário é aquele em que são renegociados ativos financeiros já existentes e primariamente adquiridos quando de sua emissão, transferindo-se assim, de um proprietário para outro. (ROSSETTI, 1998, p.414).

Algumas destas classificações por ótica específica merecem destaque especial, como a que se baseia na finalidade principal dos intermediários financeiros. Segundo esta ótica, temos quatro tipos de mercado: mercado monetário, mercado de crédito, mercado de capitais e mercado cambial. Caracterizados pelas transações com títulos, o mercado monetário e o mercado de capitais têm como principal diferença o prazo de suas operações, sendo o primeiro caracterizado por operações de curto e curtíssimo prazo, e o segundo, pelas operações de médio e longo prazos. O mercado cambial é responsável pelas operações com moeda estrangeira, compra e venda de moedas conversíveis, operações relacionadas à importação e exportação. O mercado de crédito, por sua vez, atende às necessidades de crédito de curto, médio e longo prazo, tendo como o financiamento de aquisição de bens duráveis, imóveis, capital de giro e de investimento para empresas, como suas principais aplicações.

Dentre os mercados referidos, o último, o mercado de crédito, é o que apresenta maior participação nas transações financeiras, em volume e abrangência.

Outra classificação que merece destaque é a que diz respeito ao papel exercido pelas instituições financeiras, diferenciando mercados intermediados e mercados desintermediados. Os primeiros se referem a mercados com transações financeiras indiretas, onde o emprestador não está relacionado diretamente ao

tomador final. Nesta situação, o tomador final não deve diretamente ao prestador original e igualmente este não é credor daquele, mas sim o direito referente ao primeiro caso e a obrigação referente ao segundo são correspondentes à instituição financeira intermediadora. Pela intermediação, as instituições recebem uma remuneração conhecida como *spread*, decorrente da diferença entre o custo da captação e o custo da aplicação.

Os mercados desintermediados, em contraposição, são caracterizados por transações diretas entre o prestador e o tomador, cabendo à instituição financeira apenas o serviço de promoção das transações, pelo qual recebe a corretagem.

1.2 A Intermediação Financeira

A intermediação financeira é responsável por grande parte do volume de transações financeiras de uma economia. Desde períodos muito remotos, como na Idade Antiga, já era conhecida e utilizada por alguns povos. Mesmo com a evolução dos sistemas financeiros e períodos de quase ausência de relações financeiras, como na Idade Média, a intermediação permaneceu com grande participação no total de transações dos sistemas financeiros.

O motivo pelo qual a intermediação financeira desempenha papel tão importante nas economias se deve a diversos benefícios por ela proporcionados. Para os agentes econômicos, tanto deficitários quanto superavitários, a intermediação financeira é responsável por uma maior inserção no sistema financeiro, aumentando suas possibilidades de captação e aplicação de recursos. Esta maior participação dos agentes econômicos no sistema financeiro, gerada pela intermediação financeira, está intimamente ligada à redução do risco proporcionada pela mesma. A esta redução sucede-se uma queda nos custos das transações financeiras, pois estes possuem em sua constituição parcela de valor para cobertura do risco.

A redução do risco na intermediação financeira ocorre por dois fatores em especial: a especialização das instituições financeiras e a diversificação na aplicação dos recursos. A especialização permite que as instituições tenham uma maior capacidade de previsão do risco comparativamente a um agente individualmente. A diversificação na aplicação de recursos ocorre, pois a instituição tem acesso a

muitos agentes, com diferentes perfis, ramos de atividade, localização geográfica etc. Esta quantidade e diversidade de agentes fazem com que um maior risco de um agente seja compensado com um menor risco de outro.

A intermediação financeira em nível macroeconômico proporciona uma melhor alocação dos recursos na economia, pois seguindo a racionalidade econômica da maximização do lucro, as instituições financeiras tendem a destinar recursos para agentes cuja possibilidade de rentabilidade seja maior. Há também um incremento no investimento da economia, pois ocorre um incentivo à poupança individual. O aumento na poupança se dá pela possibilidade dos agentes financeiros de participar mais ativamente do sistema financeiro, pois a intermediação agrega os recursos, agrupando-os em diferentes volumes, de forma que possam ser aplicados de maneira mais eficaz. Assim, um pequeno poupador, com recursos ínfimos e um grande poupador, com grandes excedentes de recursos, têm a oportunidade de transformar seus ativos monetários em ativos financeiros, o que em transações desintermediadas seria difícil.

Os intermediários financeiros promovem, ainda, a liquidez do mercado ao viabilizarem aplicações e captações financeiras com diferentes expectativas de prazos. É sua função básica satisfazer às preferências dos portfólios dos vários agentes econômicos que conflitam com relação à maturidade de suas operações. Os tomadores desejam, de maneira geral, prazos maiores que aqueles pleiteados pelos poupadores, e as instituições intermediadoras gerenciam esses conflitos por meio de um eficiente planejamento e distribuição de seus fluxos de caixa. Além disso, costumam manter reservas para atender aos saques de seus depositantes (NETO, 2009, p. 9)

Considerando os benefícios gerados pela intermediação financeira, citados anteriormente, podemos dizer que há uma relação muito grande entre o desenvolvimento da mesma e o desenvolvimento econômico. Há, porém, uma relação de mão dupla entre os dois processos, onde o desenvolvimento da intermediação financeira influencia o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, é influenciado por este em sua magnitude e evolução. Este é um dos motivos pelos quais o desenvolvimento da intermediação financeira em diferentes países é desigual.

Além do estágio de desenvolvimento econômico, outros fatores influenciam o desenvolvimento da intermediação financeira em um determinado país. Podemos citar como de grande importância: a estrutura econômica; o perfil da população em

relação à preferência por liquidez e a conjuntura econômica. A estrutura econômica refere-se à participação relativa dos setores produtivos na economia, determinando em grande parte, o tamanho e diversificação da intermediação financeira no país, enquanto a conjuntura econômica é capaz de alterar este tamanho, reduzindo-o ou expandindo-o, em casos de crise e de estabilidade, respectivamente. O tipo de preferência por liquidez de uma população, por fim, exerce um papel limitador da expansão da intermediação financeira, pois diz respeito a padrões de comportamento das populações, característica mais difícil de ser alterada em um curto espaço de tempo.

A intermediação financeira é composta por diversos tipos de instituições financeiras denominadas intermediadoras. São usualmente classificadas como: intermediários financeiros bancários e intermediários financeiros não bancários. A diferença entre eles consiste no tipo de ativos transacionados, que podem ser: ativos monetários ou ativos não monetários. Ativos monetários são basicamente meios de pagamento, constituídos por papel-moeda, depósitos à vista e a prazo e depósitos de poupança.

Os intermediários financeiros bancários operam com ativos monetários e normalmente são bancos comerciais e demais instituições financeiras que desempenham funções de bancos comerciais. Por outro lado, os intermediários financeiros não bancários operam com ativos não monetários, ou seja, os demais ativos financeiros, excluindo-se os ativos considerados meios de pagamento, não monetários.

Dentre os vários tipos de instituições bancárias e não bancárias podemos citar as mais relevantes:

Instituições financeiras bancárias – banco comercial; banco de investimento; banco de poupança; cooperativas de crédito.

Instituições financeiras não bancárias – sociedades de crédito, financiamento e investimento; corretoras e distribuidoras de valores.

As instituições financeiras bancárias são normalmente bancos ou instituições que muito embora não se chamem “banco”, exercem atividades semelhantes aos mesmos. Há controvérsias em relação à conceituação de instituições bancárias, porém a concepção de que as mesmas são instituições depositárias é uma das mais aceitas entre os estudiosos.

Anteriormente, consideravam-se instituições depositárias apenas as que captavam recursos através de depósitos à vista, porém, atualmente, foram incluídas neste grupo instituições cujos recursos advêm de depósitos a prazo e de poupança. Seguindo esta nova concepção de instituições depositárias, temos como principais instituições bancárias os bancos comerciais, os bancos de investimento, os bancos de poupança e os bancos múltiplos.

Os bancos comerciais caracterizam-se pela captação de recursos baseada em depósitos à vista e aplicam os mesmos em empréstimos de curto prazo para pessoas jurídicas e pessoas físicas. Os bancos de investimento, por outro lado, captam recursos via depósitos a prazo e têm sua aplicação baseada em operações de financiamento de médio e longo prazos. Efetuam operações de grande escala, como repasses de recursos oficiais de crédito, repasses de recursos captados no exterior, operações de subscrição pública de valores mobiliários (ações e debêntures) e financiamentos de bens de produção a profissionais autônomos. Os bancos de poupança, por sua vez, captam recursos de poupança e aplicam preferencialmente em financiamentos de imóveis. Por fim, os bancos múltiplos, diferentemente dos demais, são instituições financeiras que atuam com mais de uma carteira, por exemplo, podem captar via depósitos à vista (carteira comercial) e ao mesmo tempo, captar depósitos de poupança (banco de poupança).

Além dos bancos, as cooperativas de crédito aparecem também como instituições financeiras bancárias bastante representativas.

As cooperativas de crédito são instituições semelhantes aos bancos, captam depósitos à vista e a prazo e realizam empréstimos, financiamentos, desconto de títulos e prestam serviços diversos. A diferença mais significativa entre as cooperativas e os bancos está no público atendido, enquanto os bancos abrangem uma extensa gama de clientes, as cooperativas atendem públicos específicos, que podem ser: funcionários de uma determinada empresa, grupo de profissionais de uma mesma atividade, moradores de determinada região etc.

Outra diferença entre estas duas instituições é o objetivo de cada uma, sendo o das cooperativas não a obtenção de lucro que caracteriza os bancos comerciais, mas sim auxiliar seus membros no tocante a questões financeiras. São, portanto, instituições importantes no desenvolvimento econômico dos países, pois pelo fato de não ter como objetivo principal o lucro, podem oferecer crédito a custos

mais baixos aos tomadores, exigir menos garantias e ofertar uma quantidade maior de tipos de empréstimos, incrementando o volume de crédito da economia.

As instituições financeiras não bancárias tem como principais representantes as sociedades de crédito, financiamento e investimento; as corretoras e distribuidoras de valores.

As sociedades de crédito, financiamento e investimento, também chamadas de “financeiras” têm como principal atividade o financiamento de bens duráveis às pessoas físicas, através do crédito direto ao consumidor, o conhecido CDC. A principal fonte de recursos das financeiras é o aceite e colocação de letras de câmbio no mercado. As letras de câmbio colocadas no mercado pela instituição são derivadas de contratos de financiamento, ou seja, são emitidas pelos devedores. Outra atividade desempenhada pelas financeiras é o crédito com interveniência. Esta operação constitui-se pela aquisição por parte da financeira de créditos comerciais de lojas, tendo como contrapartida a emissão de letras de câmbio pelas empresas financiadas. As financeiras podem ser classificadas em “independentes”, quando atuam sem vinculação com outras instituições, e “ligadas”, quando estão vinculadas a instituições como: conglomerados financeiros, grandes lojas, grupos industriais.

Outro tipo de instituição não bancária são as corretoras de valores. Sua principal função é facilitar as negociações com títulos. Representam seus clientes nos mercados de títulos, efetuando compras e vendas de papéis de acordo com a solicitação dos mesmos. Em suas atribuições podem promover ou participar de lançamentos públicos de ações; organizar e administrar fundos e clubes de investimentos; efetuar operações de compra e venda de metais preciosos, por conta própria e de terceiros; operar na compra e venda de moedas estrangeiras, por conta e ordem de terceiros; administrar e custodiar carteiras de títulos e valores mobiliários.

As sociedades distribuidoras de valores são semelhantes às corretoras de valores, porém antigamente não podiam negociar em bolsa de valores, apenas em mercados de balcão ou em associação com corretoras. Atualmente são autorizadas a operar diretamente nas bolsas de valores.

Entre os intermediários financeiros bancários podemos destacar por sua importância no sistema financeiro, os bancos, principalmente os bancos comerciais.

Eles são responsáveis por financiar grande parcela das necessidades de crédito dos agentes financeiros das economias.

Na quase totalidade de países do globo, principalmente nos países cujo sistema financeiro é baseado no crédito, ou seja, onde predominam as relações de crédito, o percentual de participação dos bancos no total de créditos concedidos pelas instituições financeiras é muito elevado.

Devido a esta importância dos bancos nas economias, torna-se necessário um estudo mais aprofundado sobre os mesmos, o que é feito no próximo capítulo.

2 OS BANCOS

2.1 Breve Histórico e Conceituação dos Bancos

Os bancos são uma das instituições mais antigas e mais importantes do sistema financeiro. Muito embora diferentes da atualidade, os bancos já existiam antes do Cristianismo, nas sociedades Babilônicas e Fenícias. Suas atividades iniciaram quase que paralelamente ao surgimento da moeda.

Não podemos relacionar a origem dos bancos a um povo ou localidade específica, pois as atividades bancárias surgiram quase ao mesmo tempo em diferentes lugares. Em cada localidade caracterizou-se de maneira diferente, ajustando-se as necessidades locais. Para citar alguns exemplos, em Roma, a atividade bancária surgiu através do câmbio entre moedas estrangeiras; na Itália, como meio de viabilizar o comércio, garantindo facilidade no transporte de valores e segurança aos comerciantes (SANDRONI, 2004).

Apesar das peculiaridades de cada região, as atividades bancárias evoluíram em um mesmo sentido, tendo a captação de depósitos e a concessão de crédito como suas atividades principais.

Conforme Carvalho:

O banco moderno é o resultado da confluência de dois tipos de instituições que surgiram, em larga medida, independentemente uma da outra. De um lado, havia as iniciativas voltadas à acumulação de recursos que permitissem viabilizar atividades de exploração industrial ou comercial. Tais empresas tinham como objetivo canalizar a riqueza dispersa entre a população para projetos que promettessem retornos adequados, na função clássica do intermediário financeiro. Um tipo diferente de instituição originou-se, por outro lado, das instituições depositárias de valores, que acabou voltado para o desenvolvimento de meios de pagamento. (CARVALHO, 2000, p.255)

Com o passar do tempo, os bancos foram se modificando e diversificando suas atividades. As instituições responsáveis basicamente pela guarda de valores na forma de depósitos à vista e pelo financiamento dos agentes deficitários incorporaram várias outras funções. Uma delas foi a captação de depósitos com liquidez menor, como os depósitos a prazo e os depósitos de poupança.

Devido à grande importância dos bancos na dinâmica econômica, alguns países, tendo em vista a segurança do sistema, optaram por dividir as atividades bancárias entre empresas específicas, criando assim diversos tipos de bancos como

o banco comercial, o banco de investimento, o banco de poupança etc. Essa divisão tornava o sistema mais fácil de ser controlado e fiscalizado, evitando a disseminação de crises entre as instituições e daí para toda a economia.

Um dos países a adotar esta segmentação no sistema bancário, foram os Estados Unidos, a partir da crise de 1929, motivados pela crença de que os grandes responsáveis pela expansão da crise foram os bancos. Outro país a adotar este sistema foi o Brasil, de 1964 a 1988, com a reforma do sistema financeiro efetuada pelo governo militar, notadamente influenciada pelo modelo norte-americano, e voltando ao modelo de bancos universais com a reforma bancária de 1988.

Em oposição, alguns países optaram por utilizar um sistema unificado, caracterizado por bancos “universais”, capazes de atuar com diferentes funções, como os bancos “múltiplos” criados no Brasil após 1988, bancos habilitados a funcionar com mais de uma carteira, quais sejam: carteira comercial, carteira de investimentos, carteira de desenvolvimento, etc.

Entre as diferentes funções exercidas pelos bancos, a carteira comercial é a que mais se destaca, pois é dela o maior volume de intermediação financeira entre os diversos intermediários financeiros. Considerando, porém, o sistema segmentado do setor bancário, o equivalente em importância e abrangência é o banco comercial. Um de seus diferenciais é o fato de ser a única instituição financeira capaz de criar moeda via depósitos à vista. Por esta faculdade, os bancos comerciais são altamente regulamentados e controlados pelos governos.

2.2 Os Bancos Comerciais e Múltiplos

Como dito anteriormente, os bancos comerciais e conseqüentemente os bancos múltiplos com carteira comercial, são os únicos capazes de criar moeda via depósitos à vista. Este poder advém do fato de que o valor aplicado em depósitos à vista não é totalmente resgatado por seus proprietários em suas movimentações rotineiras. Esta constatação faz com que os bancos percebam que não precisam de 100% de lastro dos depósitos para atuar. O valor excedente então pode ser emprestado pelo banco e gerar novos depósitos “sem lastro”. Os bancos comerciais então, baseados no comportamento de seus clientes, mantêm em caixa apenas o percentual comumente resgatado pelos clientes em suas transações cotidianas,

podendo assim emprestar o restante. Esta reserva em caixa do banco é chamada de *reserva fracionária* diferentemente da *reserva integral*, pois representa apenas um percentual do valor total de depósitos.

A diferença entre o total de depósitos e a reserva então é o valor que os bancos dispõem para empréstimo. A partir deste valor, o banco pode emprestar diversas vezes, apenas respeitando o percentual definido como reserva, exemplo:

A) *Primeiro empréstimo*

- Depósito inicial (em dinheiro): R\$ 100,00
- Percentual Reserva: 40%
- Percentual a ser emprestado: 60% (100% depósito – 40% reserva)
- Valor a ser emprestado: R\$ 60,00

B) *Segundo empréstimo:*

- Depósito inicial (1º empréstimo): R\$ 60,00
- Percentual Reserva: 40%
- Percentual a ser emprestado: 60%
- Valor a ser emprestado: R\$ 36,00

C) *Terceiro empréstimo*

- Depósito inicial (2º empréstimo): R\$ 36,00
- Percentual Reserva: 40%
- Percentual a ser emprestado: 60%
- Valor a ser emprestado: R\$ 21,60

O processo se repete até o valor a ser emprestado ficar muito pequeno, próximo a zero. O total de depósitos gerado nesse processo é obtido através de uma fórmula que corresponde ao produto do depósito inicial pela soma dos termos de uma progressão geométrica. Considerando o exemplo anterior, temos:

$$\sum DV = 100 + 100.(0,6) + 100.(0,6)^2 + 100.(0,6)^3 + \dots + 100.(0,6)^n$$

Ou

$$\sum DV = 100 (1 + 0,6 + 0,6^2 + 0,6^3 + \dots + 0,6^n)$$

O mesmo resultado poderia ser obtido através da fórmula, a seguir:

$$S = \frac{a_1}{1 - r} \quad \text{onde: } a_1 = \text{primeiro termo da progressão}$$

$$r = \text{razão da progressão}$$

$S \times DV^1 = \text{Total Depósitos à vista}$ onde: $DV^1 = \text{Depósito inicial}$

No exemplo:

$$S = \frac{a1}{1 - r} = \frac{1}{1 - 0,6} = \frac{1}{0,4} = 2,5$$

Total dos depósitos à vista = $2,5 \times 100 = 250$

(ROSSETTI, 1998)

Observando a fórmula exposta acima, podemos notar que quanto menor a reserva maior o aumento nos depósitos e vice-versa. Assim, para os bancos comerciais, quanto menor a reserva maior o volume de recursos disponíveis para empréstimo.

O percentual dos depósitos que têm que ser mantidos como reserva, porém, varia de localidade para localidade e de período para período. Cada região tem nível de bancarização específico, dependendo de vários fatores, dentre eles, destacando-se o padrão de comportamento da população em relação ao sistema bancário, sua preferência entre moeda manual e depósito bancário. O período pelo qual atravessa uma determinada economia também é importante na determinação da reserva bancária, pois em períodos de crise econômica as preferências da população podem variar.

A reserva bancária também depende da propensão da instituição bancária em conceder crédito, pois nem sempre uma maior concessão de crédito representa maior lucro. Assim a preferência dos bancos em relação à concessão de crédito também varia, influenciando seu nível de reserva.

Como a reserva que os bancos têm que manter não lhe rende juros ou se rende são muito baixos, a tendência dos bancos é reduzi-la ao máximo, o que acaba por gerar um risco maior ao banco e conseqüentemente ao sistema financeiro como um todo. Com intuito de inibir este comportamento por parte dos bancos, normalmente os governos estabelecem reservas compulsórias aos mesmos, através dos bancos centrais. As reservas voluntárias, reservas definidas espontaneamente pelos bancos, e as reservas compulsórias, determinadas pelos bancos centrais,

somadas limitam a expansão bancária a determinados níveis considerados pelas autoridades monetárias como adequados ao risco esperado.

Por outro lado, a determinação do Banco Central também pode evitar que a oferta de crédito bancária seja muito restringida por suas administrações por motivo de precaução. Este comportamento por parte dos bancos deriva do receio de que em períodos de crise suas reservas não sejam suficientes, gerando a necessidade de pedir emprestado ao Banco Central ou a outros bancos e ter que pagar juros por eles. Os bancos então têm que comparar os juros perdidos com uma reserva maior aos encargos pagos em caso de reservas menores, em alguns momentos insuficientes.

Conforme Carvalho (2000, p. 271), esta capacidade que os bancos têm em criar substitutos perfeitos ao meio circulante faz com que seja mais um criador de crédito do que um intermediário de poupança.

Outro diferencial dos bancos comerciais é a capacidade de criar meios de pagamentos alternativos ao papel-moeda via lançamentos de débito e crédito entre contas-correntes, o que chamamos de moeda escritural. Através dos depósitos bancários, podem-se efetuar pagamentos sem a necessidade de resgate do papel-moeda, utilizando-se assim, em substituição, transferências de titularidade sobre os depósitos bancários, de cheques, ordens de pagamento.

Esta propriedade dos bancos acaba por solidificar ainda mais sua posição de grande importância na economia, pois facilita as transações financeiras cotidianas entre os agentes, tornando-as mais seguras, mais simples. Além disso, gera grandes oportunidades para as empresas bancárias, pois a segurança e a facilidade proporcionadas fazem com que os agentes apliquem seus recursos nestas instituições sem exigir retorno financeiro, ou seja, oferecendo seus recursos a custo zero para os bancos.

O dinamismo criado pelos bancos, porém, tem um lado negativo. A dependência de seu bom funcionamento, imposta aos agentes econômicos e à economia como um todo, é muito alta, ao passo que o interesse das mesmas, em relação a evitar futuros colapsos financeiros, não é proporcional ao seu desejo por máxima lucratividade. Isso acontece, pois os bancos se tornam indispensáveis ao crescimento das atividades financeiras e conseqüentemente indispensáveis ao crescimento econômico, fazendo com que sua saúde financeira se torne interesse

do Estado, que, por sua vez, em contribuição, cria uma gama de ferramentas responsáveis por garantir suas operações. Essas garantias, como a criação dos bancos centrais, os emprestadores de última instância, e os seguros, acaba por incentivar os bancos comerciais a aplicarem os recursos em sua posse em ativos financeiros de alto risco, porém de alta rentabilidade, expondo todo o sistema financeiro a crises.

Com intuito de reverter esta situação, os governos, em troca das garantias concedidas, estabelecem regras severas a serem seguidas por estas empresas, juntamente com uma intensa fiscalização.

2.2.1 Produtos e Serviços Bancários

Os bancos, como dito anteriormente, incrementaram suas atividades em busca de uma maior lucratividade. Assim expandiram a quantidade de produtos oferecidos, adequando-os às necessidades dos clientes, e também investiram em novas atividades para a obtenção de fontes alternativas de receitas.

Os produtos oferecidos pelos bancos aos clientes são separados em duas categorias: os produtos de captação e os produtos de empréstimos. Os primeiros correspondem a operações que se enquadram no passivo dos bancos, ou seja, são operações passivas. Os segundos pertencem às operações ativas da instituição financeira.

Abaixo citaremos alguns dos principais produtos de cada categoria conforme Fortuna (1993):

PRODUTOS DE CAPTAÇÃO

CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO E RECIBO DE DEPÓSITO BANCÁRIO – CDB/RDB (PRÉ/PÓS)

O Certificado de Depósito Bancário, o CDB, e o Recibo de Depósito Bancário, o RDB, são os mais antigos e utilizados títulos de captação de recursos pelos Bancos Comerciais, Bancos de Investimentos, Bancos de Desenvolvimento e

Bancos Múltiplos que tenham uma destas carteiras, sendo oficialmente conhecidos como depósito a prazo.

CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO – CDB Rural

São títulos cuja captação é específica dos bancos Comerciais e Múltiplos com carteira comercial e se destinam aos financiamentos agrícolas. Seus prazos mínimos são idênticos aos demais CDBs. A vinculação aqui é obrigatória e tem de ser comprovada através de mapas enviados ao BC.

CEDULAS DE DEBÊNTURES - CD

Instrumento de captação para bancos comerciais, de investimento, de desenvolvimento, múltiplos, com objetivo de efetuar a troca (*funding*) de longo prazo. Suas características são: prazo de 60 dias, valor igual ou inferior a 90% do valor de face. Esses títulos permitem um mercado secundário, isto é, permite que pequenos investidores comprem parte das debêntures, aumentando a liquidez no mercado.

LETRAS DE CÂMBIO – LC

É o instrumento de captação específico das Sociedades de Crédito, Financiamentos e Investimentos (financeiras), emitido sempre com base em uma transação comercial, ou seja, quando elas emprestam algum valor para alguém, essa pessoa saca, por procuração, uma LC contra a financeira, que a aceita e lança no mercado.

Seus prazos e condições são iguais aos do CDB.

LETRAS HIPOTECÁRIAS – LH

As letras hipotecárias são títulos emitidos pelas instituições financeiras autorizadas a conceder créditos hipotecários mais especificamente, as Sociedades de Crédito Imobiliário – SCI – e os Bancos Múltiplos com carteira de crédito

imobiliário. Sua emissão pelo prazo de no mínimo 180 dias, com juros flutuantes e fixos, sendo a garantia a caução de crédito hipotecário.

LETRAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO - LCI

Podem ser emitidas, na forma escritural, nominativa e endossável e, identificando os créditos que lhes são caucionados, por bancos comerciais, por bancos múltiplos com carteira de crédito imobiliário, Caixa Econômica Federal, sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias ou outras instituições que venham a ser autorizadas pelo BC.

São títulos bastante semelhantes às Letras Hipotecárias, mas diferentes destas, que são emitidas única e exclusivamente vinculadas a uma hipoteca, pois podem ser lastreados por créditos imobiliários ligados ao instituto jurídico tanto da hipoteca quanto da alienação fiduciária de um imóvel.

Concedem aos seus tomadores o direito de crédito pelo seu valor nominal, juros fixos ou flutuantes, e se for o caso, atualização monetária por índice de preços setoriais ou gerais ou pelo índice de remuneração básica dos depósitos de poupança, inclusive mensal, caso seu prazo mínimo de emissão seja de 36 meses.

TÍTULOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – TDE

Captação de recursos destinados ao financiamento do Programa de Fomento à Competitividade Industrial, podendo ser emitidos por bancos de Investimentos, de desenvolvimento, Múltiplos com uma destas carteiras e Caixa Econômica Federal.

Sua forma é escritural e nominativa, sendo remunerado pela TR e tendo prazo de resgate compatível com o cronograma financeiro dos projetos que justificaram sua emissão, observando o mínimo de um mês.

CÉDULA HIPOTECÁRIA - CH

É título nominativo, que caracteriza uma promessa de pagamento, com uma garantia real de hipoteca. Para este título exige-se um registro no Cartório de Registro de Imóveis, seu prazo é sempre igual ao do resgate da dívida, podendo ser total ou fracionária, isto é, parte do valor do bem. São emitidas por bancos Múltiplos, de Desenvolvimento, de Investimentos e Caixas Econômicas.

CERTIFICADOS DE DEPÓSITO CAMBIAL - CD

São os títulos emitidos pelos bancos através de suas agências no exterior e que permitem a captação de recursos no mercado externo.

São emitidos com prazos que variam de 90 a 360 dias, remunerados pela correção cambial mais um *Spread*.

Os títulos podem ser colocados através de uma instituição no exterior ou via sindicato de bancos.

Os recursos assim obtidos passam a fazer parte do caixa dos bancos que, por seu lado, podem aplicá-los via mercado de câmbio, ou em títulos como *Commercial Papers*, por exemplo.

PRODUTOS DE EMPRÉSTIMO

HOT MONEY

É o empréstimo de curtíssimo prazo, normalmente por um dia, ou um pouco mais, no máximo em 10 dias.

É comum, de forma a simplificar os procedimentos operacionais, para os clientes tradicionais neste produto, criar-se um contrato fixo de Hot, estabelecendo as regras deste empréstimo e permitindo a transferência de recursos ao cliente a partir de um simples telefonema, fax ou e-mail, garantidos por uma Nota Promissória (NP) já previamente assinada, evitando-se assim o fluxo corrido de papéis para cada operação.

CONTAS GARANTIDAS/CHEQUES ESPECIAIS

Abre-se uma conta de crédito (conta garantida) com um valor-limite que normalmente é movimentada diretamente pelos cheques emitidos pelo cliente, desde que não haja saldo disponível na conta-corrente de movimentação. À medida que, nessa última, existam valores disponíveis, estes são transferidos de volta, para cobrir o saldo devedor da conta garantida.

Para o cliente, o produto garante uma liquidez imediata para suas emergências. Para o banco, é um instrumento mercadológico forte, mas que, se mal administrado, pode representar uma perda significativa, tendo em vista seu impacto sobre a administração de reservas bancárias, já que é necessário deixar recursos de suas reservas de livre movimentação em *stand by* para atender a eventual demanda e, portando, sem aplicação.

Algumas contas garantidas têm caráter apenas de conta devedora, funcionam separadas da conta-corrente e, normalmente, exigem do cliente o aviso com antecedência dos valores a serem sacados, razão pela qual trabalham com taxas de juros menores.

Os juros sobre esse produto são calculados diariamente sobre o saldo devedor e cobrados normalmente, no primeiro dia útil do mês seguinte ao de movimentação.

CRÉDITO ROTATIVO

Os contratos de abertura de crédito rotativo são linhas de crédito abertas com um determinado limite e que a empresa utiliza à medida de suas necessidades, ou mediante apresentação de garantias em duplicata. Os encargos (juros e IOF) são cobrados de acordo com a utilização dos recursos, da mesma forma que nas contas garantidas.

DESCONTOS DE TÍTULOS (NP/DUPLICATAS)

É o adiantamento de recursos aos clientes, feito pelo banco, sobre os valores referenciados em duplicatas de cobrança ou notas promissórias, de forma a antecipar o fluxo de caixa do cliente.

O cliente transfere o risco do recebimento de suas vendas a prazo ao banco e garante o recebimento imediato dos recursos, que, teoricamente, só os teria disponíveis no futuro.

O banco deve selecionar cuidadosamente a qualidade de crédito das duplicatas ou NP de forma a evitar a inadimplência.

Normalmente, o desconto de duplicatas é feito sobre títulos com prazos máximo e mínimo de acordo com o relacionamento Empresa X Bancos. A operação de desconto dá ao banco o direito de regresso, ou seja, no vencimento, caso o título não seja pago pelo sacado, o cedente assume a responsabilidade do pagamento, incluindo multa e/ou juros de mora pelo atraso.

Outros tipos de operações de desconto também são feitos sobre os recibos de venda de cartões de crédito e os cheques pré-datados. Estas duas alternativas são uma forma criativa de adiantamento de recursos para as empresas comerciais. Os cheques pré-datados ficam em caução, como garantia do empréstimo.

EMPRÉSTIMO PARA CAPITAL DE GIRO

São as operações tradicionais de empréstimo vinculadas a um contrato específico que estabeleça prazo, taxas, valores e garantias necessárias e que atendem às necessidades de capital de giro das empresas.

O plano de amortização é estabelecido de acordo com os interesses e necessidades das partes e, normalmente, envolve prazo de até 180 dias.

Esse tipo de empréstimo normalmente é garantido por duplicatas em geral numa relação de 120 a 150% do principal emprestado. Nesse caso, as taxas de juros são mais baixas. Quando há outros tipos de garantia, como aval e notas promissórias, os juros são mais altos.

Nos grandes bancos, os contratos podem ter características informais, como “garantia” de crédito para as empresas que optam por dar algum tipo de

reciprocidade aos bancos, como, por exemplo, manter sobra de caixa aplicado em fundo de curto prazo ou CDB.

CONTRATOS DE MÚTUO

Têm característica idêntica aos empréstimos para capital de giro, mas por envolverem prazos superiores há 180 dias, são mais exigentes em termos das condições de garantias, com cláusulas mais restritivas e exigentes para concessão em função do maior risco, pelo prazo.

VENDOR

É uma operação de financiamento de vendas baseadas no princípio da cessão de crédito, que permite a uma empresa vender seu produto a prazo e receber o pagamento à vista.

A operação de Vendor supõe que a empresa compradora seja cliente tradicional da vendedora, pois é esta que irá assumir o risco do negócio junto ao banco.

A empresa vendedora transfere seu crédito ao banco e este, em troca de uma taxa de intermediação, paga o vendedor à vista e financia o comprador.

A principal vantagem para a empresa vendedora é a de que, como a venda não é financiada diretamente por ela, a base de cálculo para a cobrança de impostos, comissões de vendas e *royalties*, no caso de licença de fabricação, torna-se menor.

É uma modalidade de financiamento de vendas para empresas na qual quem contrata o crédito é o vendedor do bem, mas quem paga o crédito é o comprador. Assim, as empresas vendedoras deixam de financiar os clientes, elas próprias, e dessa forma param de recorrer aos empréstimos de capital de giro nos bancos ou aos seus recursos próprios para não se descapitalizarem e/ou pressionarem seu caixa.

Como em todas as operações de crédito, ocorre a incidência do IOF sobre o valor do financiamento, que é calculado proporcionalmente ao período do financiamento.

A operação é formalizada com a assinatura de um convênio, com direito de regresso entre o banco e a empresa vendedora (fornecedora), e de um Contrato de Abertura de Crédito entre as três partes (empresa vendedora, banco e empresa compradora).

COMPROR

Existe uma operação inversa ao Vendedor, denominada Compror, que ocorre quando pequenas indústrias vendem para grandes lojas comerciais. Neste caso, em vez de o vendedor (indústria) ser o fiador do contrato, o próprio comprador é que funciona como tal.

Trata-se, na verdade, de um instrumento que dilata o prazo de pagamento de compra sem envolver o vendedor (fornecedor). O título a pagar funciona como “lastro” para o banco financiar o cliente que irá lhe pagar em data futura pré-combinada, acrescido de juros e IOF. Como o Vendedor, este produto também exige um contrato-mãe definindo as condições básicas da operação que será efetivada quando do envio ao banco dos contratos-filhos, com as planilhas dos dados dos pagamentos que serão financiados.

CRÉDITO DIRETO AO CONSUMIDOR - CDC

É o financiamento concedido por uma financeira para aquisição de bens e serviços por seus clientes.

Sua maior utilização é normalmente para a aquisição de veículos e eletrodomésticos.

O bem assim adquirido, sempre que possível, serve como garantia da operação, ficando à financeira, vinculado pela figura jurídica da alienação fiduciária pela qual o cliente transfere a ela a propriedade do bem adquirido com o dinheiro emprestado, até o pagamento total de sua dívida.

O prazo dos CDCs varia normalmente de três a 24 meses e, normalmente, financia de 50 a 80% do valor do bem.

As taxas são prefixadas para operações acima de 30 dias, vinculadas à TR no caso de operações acima de quatro meses, não podendo ser vinculadas à variação cambial.

O *Funding* (troca) das operações de CDC era, até 1988, as letras de câmbio colocadas no mercado pela Financeira e resgatáveis nos seus respectivos vencimentos. Com a criação dos Bancos Múltiplos e com a crescente diminuição dos índices de liquidez das letras de câmbio, o *Funding* dessas operações passou a ser feito com os CDB da carteira comercial e os CDI.

OPERAÇÕES DE PENHOR

É um tipo de empréstimo exclusivo de Caixa Econômica Federal, que é concedido contra a garantia de penhor em jóias de ouro, prata, platina e diamante, podendo, também, ser aceitos máquinas fotográficas, filmadoras, videocassetes e instrumentos musicais. O valor de empréstimo está vinculado ao objeto a ser empenhado. A Caixa empresta até 80% do valor da mercadoria com base na avaliação feita por seus peritos. O prazo do empréstimo varia de 28, 56 ou 84 dias, podendo ser indefinidamente prorrogado, desde que os juros da renovação sejam pagos, no caso de jóias, e apenas uma vez, no caso dos objetos.

Os juros são descontados do valor a ser emprestado acrescido de uma taxa a título de seguro das peças depositadas na Caixa. Caso o empréstimo não seja quitado em até 30 dias após o vencimento da nota promissória, a jóia ou objeto passa a ser propriedade da Caixa e, em seguida, vai a leilão.

ASSUNÇÃO DE DÍVIDA

É uma operação de empréstimo para empresas que dispõem de caixa para quitação de uma dívida e, portanto, não necessitam de crédito. O banco adianta os reais equivalentes para quitação de uma dívida futura de prazo curto, garantido em ganho financeiro superior às alternativas da empresa no mercado, para o valor a ser quitado, reduzindo, portanto, para a empresa, o custo direto da dívida anteriormente assumida.

Existem vantagens adicionais do ponto de vista contábil e fiscal, notadamente no que concerne ao risco de crédito da empresa. O importante é a não caracterização da operação de assunção da dívida como uma aplicação de renda fixa sujeita à incidência de imposto de renda na fonte.

SERVIÇOS

Como dito anteriormente, os bancos adicionaram às suas atividades a prestação de serviços na busca de novas fontes de receitas. Por estes serviços prestados, os bancos recebem em contrapartida receitas, quais sejam, o *float* e as *tarifas bancárias*. A receita de *float* é proveniente da permanência de recursos transitórios dos clientes no banco como, por exemplo, os recursos em poder do banco derivados de pagamentos efetuados pelos clientes e ainda não repassados aos destinatários. Outros exemplos são os recursos obtidos com a arrecadação de títulos e os valores referentes a cheques administrativos.

Os principais serviços prestados pelos bancos atualmente são:

- Compensação de cheques e outros papéis;
- Cobrança de títulos;
- Cofres de aluguel;
- Arrecadação de tributos e tarifas públicas.

2.2.2 Contabilidade dos Bancos Comerciais e Múltiplos

O item mais expressivo em termos de valor no ativo de um banco comercial são os empréstimos. Os bancos comerciais possuem diversos tipos de empréstimos destinados principalmente a empresas comerciais e pessoas físicas.

Outro item importante no ativo da empresa bancária é o que se refere às disponibilidades, abarcando diversas subcontas relevantes como o caixa do banco, as reservas e os ativos imobiliários. O caixa representa reservas voluntárias que os bancos mantêm para cobrir os resgates de depósito efetuados pelos clientes rotineiramente. O valor deixado no caixa da instituição é um percentual sobre os depósitos bancários, que é determinado por uma estimativa de resgates do público. Estes resgates normalmente servem para transações financeiras efetuadas pelos

agentes cuja moeda a ser utilizada é obrigatoriamente a moeda manual, ou o papel-moeda.

A conta de reservas compulsórias diz respeito ao percentual estipulado pelas autoridades monetárias a ser mantido sob sua custódia por motivo de precaução contra possível falta de liquidez dos bancos.

A conta de valores mobiliários representa as aplicações efetuadas em títulos normalmente de alta liquidez como títulos públicos. Estas aplicações funcionam também como reservas voluntárias, pois como os ativos mantidos são facilmente convertidos em moeda através de seus mercados secundários, são recursos disponíveis para cobrir resgates excessivos de contas-correntes. O diferencial entre manter reservas em papel-moeda ou em títulos mobiliários está no rendimento auferido a título de juros nesta última alternativa de disponibilidade. Os títulos comumente adquiridos pelos bancos comerciais são títulos da dívida pública municipal, estadual, federal e títulos emitidos por organismos internacionais como o Banco Internacional de Desenvolvimento, o Banco Mundial.

O passivo dos bancos comerciais é composto principalmente pelos depósitos. Eles são divididos entre depósitos em conta-corrente, depósito de poupança, depósitos a prazo, dentre outros. Os depósitos em conta-corrente se caracterizam pela liquidez imediata, depósitos à vista, enquanto os depósitos a prazo necessitam de um período definido pela instituição financeira para serem resgatados. Os depósitos de poupança têm teoricamente liquidez imediata, porém podem ser estabelecidos períodos de carência pelas instituições. Abaixo um quadro simplificado do balanço de um banco comercial:

ATIVO	PASSIVO
Caixa Reservas Compulsórias Empréstimos	Patrimônio Líquido Depósitos à vista
Total do ativo	Total do passivo e PL

2.2.3 Administração do Ativo e Passivo dos Bancos Comerciais e Múltiplos

A administração do ativo compreende a busca pela melhor alocação dos recursos em ativos diversos. No caso das empresas bancárias, este processo

resume-se em encontrar as melhores opções de investimento entre as aplicações características dos bancos comerciais como: manter recursos em caixa; aplicar em valores mobiliários; realizar empréstimos.

A administração do ativo de bancos comerciais, porém, conta com características específicas e não tão vantajosas em comparação a outros tipos de empresas. Como os bancos são de grande importância na economia e estão diretamente ligados à estabilidade econômica, são muito regulamentados pelo governo, fato que impõe uma menor autonomia no que diz respeito à administração de seu ativo. Exemplos da influência desta regulamentação é o estabelecimento de reservas compulsórias a serem mantidas pelos bancos comerciais nos bancos centrais. Outra forma de influência exercida pela legislação é a determinação de fundos nos quais não devem ser feitas aplicações.

Outra característica dos bancos comerciais é a importância que o *trade-off* risco x retorno exerce sobre estas instituições. A necessidade de manter o risco sob controle e privilegiar a liquidez funciona como elemento restritivo à aplicação em ativos de maior rentabilidade.

A administração do ativo bancário deve então dar prioridade a aplicação em títulos muito líquidos, garantindo que os saques de seus clientes sejam honrados. Os títulos com estas características constituem o que costumamos chamar de reservas bancárias, compulsórias e voluntárias. Estas reservas dividem-se em reservas primárias e reservas secundárias. As primeiras dizem respeito aos ativos de altíssima liquidez como saldos provenientes de outros bancos e o próprio papel-moeda. O segundo refere-se à aplicação em ativos de liquidez um pouco menor, porém remunerados e capazes de suprir as necessidades de resgate de numerário tal como os itens da reserva primária. São basicamente títulos mobiliários com muita segurança, prazos curtos e negociáveis facilmente no mercado secundário, como os títulos públicos.

Após aplicar em ativos com liquidez garantida e rápida, os bancos podem aplicar em ativos de maior rentabilidade como a carteira de empréstimos e a carteira de investimentos. A aplicação em empréstimos é uma das opções mais lucrativas que os bancos comerciais podem aplicar, porém seus riscos são igualmente altos. A carteira de investimentos, normalmente formada por títulos de longo prazo, é uma possibilidade de diversificação e de se obter receitas adicionais.

Na tentativa de auxiliar a administração bancária, várias teorias foram elaboradas como o *Método de Pool dos Fundos* e o *Método da Conversão de Fundos ou Método da Alocação de Ativos*. O Método de Pool dos Fundos consiste em agrupar todos os recursos disponíveis, não importando suas origens, e alocá-los conforme as prioridades da instituição. O banco, segundo esta teoria, deve identificar suas prioridades para poder alocar os recursos da melhor forma possível.

O Método da Conversão de Fundos ou Método da Alocação de Ativos por outro lado acredita que o Método anterior acaba por enfatizar a liquidez dos bancos deixando em segundo plano a rentabilidade. Adota uma divisão dos fundos de acordo com suas origens e características próprias de rotatividade e de comprometimento com reservas legais. A partir desta diferenciação, Indica que a alocação destes fundos deve ser feita separadamente por cada grupo, ou por o que chama de centros liquidez-rentabilidade.

Um exemplo de alocação segundo este método é aplicação de recursos provenientes de depósitos em conta corrente, em grande parte, em reservas, devido à maior exigência de reservas legais imposta pelas autoridades monetárias a este tipo de recurso. Outro exemplo é a alocação dos recursos de depósito a prazo em sua maior parte, em investimentos e empréstimos, devido à necessidade de liquidez menor que os depósitos em conta correntes.

Além dos métodos citados existem outros mais complexos que complementam os anteriores, ou cobrem lacunas deixadas por eles. O fato é que nenhum deles isoladamente resolve os problemas de alocação de recursos das empresas bancárias, necessitando de uma análise mais apurada de seus administradores sob a luz destes estudos.

A administração do passivo consiste na busca de fundos para manter a liquidez da instituição e ao mesmo tempo obter maiores níveis de lucratividade para a empresa. Assim há a possibilidade de obter fundos diversos dos convencionais, como os depósitos em conta-corrente, para suprir as necessidades de caixa que possam fornecer retornos maiores aos acionistas da empresa. Estas outras fontes de recurso propiciam uma menor dependência dos bancos em relação aos ativos de reserva secundária que são menos rentáveis.

Algumas destas fontes alternativas são os empréstimos obtidos através dos bancos centrais ou de bancos correspondentes, como o redesconto no primeiro caso.

Além da administração do ativo e da administração do passivo, há um método que agrega ambos os processos simultaneamente, proporcionando uma análise global do balanço das empresas: a Administração do Ativo-Passivo. É um método para determinar a composição do ativo e do passivo de uma empresa, visando a um equilíbrio entre risco e retorno. Surgiu com a função principal de controlar o risco das taxas de juros em períodos em que estas apresentavam grande variabilidade, ameaçando a rentabilidade das transações.

2.3 Teorias da Firma Bancária

Muitas teorias sobre a firma bancária foram elaboradas nas últimas décadas. Algumas seguiram a mesma linha de pensamento e se complementaram; outras, porém, foram opostas às anteriores. Nas primeiras teorias, a firma bancária aparecia como apenas um intermediário financeiro, transferindo fundos de agentes superavitários para agentes deficitários.

Os autores pertencentes à linha neoclássica, muito embora com algumas diferenças entre si, viam a firma bancária como um agente passivo no tocante à economia real. Para eles, estas empresas não poderiam influenciar na determinação do volume de financiamento da economia.

A teoria de Gurley; Shaw (1995) foi uma das teorias que corroborou este tipo de concepção a respeito da firma bancária. Para estes autores, a firma bancária seria neutra, assumindo o papel apenas de intermediário de poupanças. Esta última seria limitada apenas pelas reservas compulsórias exigidas pelos governos e pelo volume de depósitos em contas-correntes.

A teoria da firma bancária a partir de James Tobin (1982) teve um avanço, muito embora alguns conceitos da teoria neoclássica anterior ainda continuassem presentes. A firma bancária, na visão de Tobin, passa a ser mais ativa, não tendo seu tamanho dependente das limitações legais. Além disto, seu objetivo volta-se para a otimização de seu Passivo e Ativo, procurando reduzir os custos e aumentar a rentabilidade.

Alguns autores, também neoclássicos, agregaram o enfoque da capacidade dos bancos em decidir o volume e o destino dos seus recursos disponíveis. Nesta perspectiva, a firma bancária tem que decidir em aplicar em ativos de maior liquidez e menor rentabilidade ou em ativos com período de conversão um pouco mais longo, porém com grandes retornos.

Keynes (1973) apresentou uma teoria a respeito da firma bancária diferente da apresentada pelos neoclássicos. Para ele, os bancos possuem dois tipos de depósitos: primários e derivativos. Os primeiros são depósitos pelos quais os bancos não têm muito controle, pois dependem da preferência de seus clientes. Os segundos são os depósitos criados a partir dos existentes, ou seja, são provenientes do poder de criar moeda dos bancos.

Keynes foi o responsável pela teoria da “preferência pela liquidez dos bancos”, teoria esta que, em contraposição às teorias neoclássicas, afirmava ser a taxa de juros não um preço que equilibraria a demanda de recursos para investimentos e a propensão de abster-se do consumo imediato. A taxa de juros seria uma recompensa pela renúncia da liquidez imediata. Keynes considera nesta teoria que sendo a retenção de moeda não remunerada, a preferência pela liquidez se daria pelo fato de haver incerteza. Assim esta preferência da liquidez pelo público seria variável de acordo com a variação das expectativas quanto ao futuro.

Continuando em sua teoria, Keynes acaba por generalizá-la como uma teoria de precificação de ativos, atribuindo diferentes “recompensas” aos diversos ativos de acordo com sua liquidez.

Aplicando esta teoria à firma bancária, pode-se dizer que estas instituições, tal como os agentes econômicos, têm preferência pela liquidez, principalmente em caso de incerteza. Os bancos têm, então, que alocar seus recursos de acordo com sua preferência por liquidez, porém considerando sua rentabilidade também. Como normalmente ativos mais líquidos tendem a ser menos rentáveis e ativos com alto rendimento, menos líquidos, os bancos precisam estabelecer um equilíbrio entre os dois quesitos de forma a obter a melhor rentabilidade com liquidez adequada ao cumprimento de suas obrigações para com seus clientes.

Esta teoria confirma a influência dos bancos no lado real da economia, pois existindo uma preferência por liquidez entre eles, uma mudança no cenário econômico, trazendo incerteza, faz com que retraiam suas aplicações em ativos não

tão líquidos e que retenham moeda como forma de precaução. Este comportamento por partes das firmas bancárias causa uma redução na oferta de crédito da economia, gerando uma queda nos investimentos e assim, prejudicando o crescimento econômico.

Minsky (1992) acrescenta à teoria da firma bancária outros aspectos ainda não abordados pelos demais autores. Estes focavam a atuação dos bancos na busca de rentabilidade e redução do risco através da administração dos ativos, da escolha do portfólio de aplicações. Minsky, em contrapartida, dá ênfase a uma forma alternativa de se obter os mesmos objetivos através da administração do passivo.

Por este tipo de administração, os bancos visam a captar recursos de fontes diferenciadas com o propósito de aumentar sua capacidade de crédito, ficando menos dependente da política monetária e obtendo maior rentabilidade.

Esta busca por novas fontes de recursos faz com que surjam as inovações financeiras.

3 A REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA

3.1 Evolução do Sistema Bancário Brasileiro

3.1.1 Da Reforma Financeira de 1964 à Crise Pós-1994

Este ponto do presente trabalho visa a demonstrar a situação do sistema bancário no país, anteriormente ao processo de Reestruturação bancária. Com este intuito, apresenta alguns dados referentes à evolução do sistema bancário no Brasil, tomando como ponto de partida a década de 1960, caracterizada por diversas reformas, entre elas a reforma do sistema financeiro.

A década de 1960 foi um período de intensas mudanças no país, muito relacionadas com o início do regime ditatorial, cujas intenções eram de promover uma alteração radical no modelo de crescimento de nossa economia. A Reforma do sistema financeiro era justificada pela maior autonomia que esta concederia às autoridades monetárias em relação aos governos. Nesta justificativa, estava explícito o propósito de separar a administração monetária da administração das finanças do Tesouro Nacional.

O modelo seguido pelos governantes do país era basicamente o modelo americano. Seus principais objetivos eram: incrementar o financiamento de longo prazo no Brasil, através da regulamentação do mercado de capitais e evitar a inflação proveniente de emissões excessivas de moeda, através da autonomia das autoridades monetárias.

Através desta reforma, o sistema financeiro nacional foi segmentado, tal como o sistema americano, restringindo a área de atuação das instituições financeiras a mercados e funções específicas. Desta forma, os bancos, por exemplo, tiveram que deixar de atuar com várias carteiras, especializando-se em apenas uma, como a comercial. Foram estabelecidas instituições sistema desenvolvimentista etc.

Nos anos 1970 houve um movimento de conglomeração financeira ocasionada, dentre outros fatores, por lacunas deixadas pela legislação reformista. Alguns projetos da reforma do sistema financeiro de 1964/1965 não obtiveram o resultado esperado, propiciando o surgimento de novas formas divergentes das oficialmente propostas. Um exemplo foi o caso dos bancos de investimento, que a despeito do projeto reformista de torná-los intermediários do mercado de capitais,

seguiram com várias atividades, chamando a atenção de outras empresas, financeiras ou não, a respeito de sua alta lucratividade.

Este fato foi um dos incentivos dados aos empresários brasileiros para que diversificassem suas atividades, formando conglomerados financeiros.

Houve também no mesmo período, um processo de concentração entre as instituições financeiras, fortificada por vários incentivos governamentais. Parte deste apoio governamental à concentração no setor bancário vinha da idéia de que este processo fortaleceria os bancos do país, possibilitando uma expansão das operações financeiras de grande porte.

Outra característica deste período foi o incentivo dado à modernização do sistema bancário via automatização dos sistemas. A adoção destas tecnologias foi bem recebida pelos bancos, pois além de agilizar os processos bancários, representava um avanço na busca de minimização dos custos do setor bancário.

Na década de 1980, o Brasil atravessou um período de crise intensa gerada principalmente pelo aumento excessivo da dívida externa e pelo desequilíbrio nas contas públicas. Crise cambial, crise fiscal, altas taxas de inflação formavam o ambiente econômico desta década. A percepção da crise pelos agentes econômicos provocou um movimento de retração, tanto por parte das empresas financeiras, quanto das não financeiras, gerando queda nos investimentos e conseqüentemente na oferta de crédito da economia. As taxas crescentes da inflação juntamente com a indexação provocaram um processo de desmonetização da economia.

As empresas passaram a obter recursos para investimentos internamente, afastando-se da intermediação financeira devido a incertezas quanto ao crescimento da taxas de juro, câmbio. As instituições financeiras, por outro lado, destinaram sua carteira de crédito ao setor público. A intermediação financeira no país teve uma regressão.

Os bancos, entretanto, conseguiram superar a crise, obtendo altas taxas de lucro no período. Os motivos para que isto ocorresse foram, principalmente, a utilização de fontes alternativas de recursos, extremamente rentáveis, como o *float*; a expansão da rede de agências; as inovações em produtos e serviços; a automação bancária. As inovações e a automação de sistemas, incentivadas pela concorrência no setor, proporcionaram expressiva redução nos custos operacionais

e introduziram receitas adicionais. Os ganhos com *float*, sem dúvida, foram os principais responsáveis pelo aumento extraordinário da lucratividade dos bancos.

A fonte de lucro extraordinária para o sistema bancário foi justamente a alta inflação, que possibilitou a arbitragem entre diferenciais de taxas (*spread inflacionário*), entre a taxa de aplicação com correção monetária e o “custo zero” da captação de saldos disponíveis. As rendas e os lucros financeiros, com a aplicação do *float* em títulos da dívida pública com taxa de juros reais positivos, ultrapassaram, largamente, as receitas com operações de crédito. (COSTA, 1999 p. 289)

Em 1986, o governo do então presidente José Sarney colocou em prática um plano de combate à inflação: o Plano Cruzado. Neste período, os bancos entraram em um processo de reajuste devido à queda em seus ganhos com a inflação e com financiamento dos títulos da dívida pública. Para garantir sua lucratividade na quase ausência destas receitas, os bancos tiveram que reduzir seus custos, através de redução no número de agências e no número de funcionários; investir nas receitas derivadas da cobrança de tarifas; retomar a concessão de crédito ao público.

Os Planos Econômicos posteriores, Plano Bresser e Plano Verão, não conseguiram dar continuidade aos avanços alcançados no Plano Cruzado. A incapacidade de combater a inflação, a restrição ao crédito e o aumento nas taxas de juros causaram um retorno dos bancos as suas práticas antigas na busca de rentabilidade. A Aplicação em títulos públicos voltou a ser uma das principais fontes de receita do setor bancário, enquanto o crédito ficou estagnado.

Em 1987, o governo brasileiro solicitou empréstimo ao Banco Mundial para ajustar o setor financeiro. A instituição, porém, exigiu, em contrapartida, reformas com base na liberalização financeira e na desregulamentação do setor. Com uma ideologia neoliberal, o Banco Mundial apontava alguns problemas no sistema financeiro brasileiro, como:

- interferência estatal no mercado de crédito;
- existência de bancos estaduais insolventes e utilizados por seus governos como bancos centrais;
- taxas de juros determinadas pelo governo, e não pelas forças do mercado, gerando ineficiência do setor financeiro e colaborando para a desmonetização da economia;

- excesso de regulamentação, impedindo a fiscalização e supervisão do sistema, como a falta de unificação entre as taxas de reserva exigidas pelo governo;
- barreiras de ingresso.

O Banco Mundial também sugeria alguns procedimentos necessários ao alcance da proposta de reforma, como a privatização ou o encerramento das atividades dos bancos estaduais e a abertura do sistema financeiro ao capital internacional.

A reforma idealizada pelo Banco Mundial, então, foi efetuada no país em 1988. Das alterações efetuadas no sistema financeiro, temos a criação dos bancos múltiplos. Com seu estabelecimento, chegou ao fim o modelo segmentado de sistema financeiro adotado pela Reforma de 1964, que proibia as instituições a operar com mais de uma carteira de negócios.

Outra alteração importante efetuada através da reforma foi o cancelamento da necessidade de carta-patente para entrada no setor bancário. A extinção desta exigência legal fez com que o número de bancos no Brasil aumentasse muito em pouco tempo. Além de vários tipos de instituição bancária existentes, como bancos comerciais, bancos de investimento, financeiras, sociedades corretoras e distribuidoras de valores e títulos imobiliários, outras empresas não financeiras constituíram bancos múltiplos. Algumas destas empresas que não participavam do sistema financeiro investiram na criação de bancos múltiplos, pois poderiam aplicar seus próprios recursos, contando com assistência especializada e obtendo as garantias do banco central.

A reforma liberalizante efetuada no país tinha como um dos seus objetivos principais o desenvolvimento do setor, acompanhado de um aumento em sua eficiência e uma redução de sua concentração.

o aumento expressivo do número de bancos em 1989, após a remoção da barreira à entrada no setor pelos constituintes, também confirma que a política anterior de favorecer um setor oligopolista fez com que o País tivesse um número de bancos aquém do que a economia demandava. Ou seja, havia até 1988 uma demanda reprimida que, nos dois anos seguintes, determinou um crescimento de mais de 100% no número de instituições. (TROSTER, 1997 p. 4)

O acréscimo no número de instituições observado após a reforma, entretanto, não representou a realização dos objetivos pretendidos. O setor continuou altamente concentrado e ineficiente.

3.1.2 O Plano Real

O Plano Real foi o responsável pelo combate efetivo da inflação, resultado almejado por inúmeros governos anteriores, porém sem sucesso. No entanto, para o sistema financeiro nacional, os custos da estabilização, tal como foi efetuada, foram altíssimos. Na falta das reformas necessárias, o governo utilizou-se de meios que afetaram diretamente o setor financeiro.

Com a estabilização financeira, o primeiro dos efeitos sentidos pelos bancos foi uma enorme redução de suas receitas, provindas do ganho com a inflação.

O principal impacto do Plano Real sobre o sistema financeiro se deu através da perda da receita inflacionária, conforme pode ser observado na Tabela 1. Estas receitas, que historicamente se situavam em torno de 2% do PIB e no período de 1990-93 chegavam a 4%, foram reduzidas a 2,0%, em 1994, e a 0,1%, em 1995. Em termos do valor da produção bancária imputada, as receitas inflacionárias, que representavam 87,3%, reduziram-se para 49,5%, em 1994, e 1,6% em 1995. Essa perda era um indicador de que o sistema financeiro teria de passar por profundas modificações. (CORAZZA, 2000 p. 4)

Além de sofrerem com a queda repentina e acelerada dos ganhos com a inflação, os bancos tiveram seus recursos para empréstimo drasticamente reduzidos pela política de restrição ao crédito efetuada pelo governo federal. Não bastasse isso, esta restrição também acabou por criar um mercado paralelo de intermediação, com a população buscando por outros meios fora do sistema de intermediação financeira oficial.

Outra situação derivada da estabilização financeira a influenciar o setor bancário foi a inadimplência. A alta na demanda agregada gerada pelo controle da inflação somada à inexperiência dos bancos brasileiros na avaliação de risco nas operações de concessão de crédito criou uma situação preocupante de inadimplência. Dados do Banco Central afirmam que entre o primeiro semestre de 1994 e o segundo semestre de 1995, a inadimplência cresceu 4,62%, passando de 7,67% no primeiro período para 12,29% no último período.

Neste período também houve a abertura do sistema financeiro brasileiro ao capital estrangeiro, aumentando a concorrência do setor e piorando a situação dos bancos nacionais. Solicitada pelo Ministério da Fazenda e aprovada pelo Presidente da República em agosto de 1995, a abertura significava para o governo uma alternativa à fragilidade financeira e à falta de liquidez em que o país se encontrava.

A entrada destes novos estrangeiros no setor bancário nacional criava algumas expectativas ligadas ao aumento da competitividade resultante desta concorrência vinda do exterior. Havia a expectativa de que o desembarque de instituições estrangeiras levasse os bancos nacionais a um processo de internacionalização, o que traria benefícios para empresas brasileiras ao possibilitar a captação de recursos em mercados internacionais. Outra expectativa era a de que a presença dos novos concorrentes estimulasse uma corrida por mais e melhores serviços oferecidos ao público. Tais expectativas se justificavam inclusive por declarações feitas por dirigentes de bancos estrangeiros recém-chegados ao mercado brasileiro, que apontavam para um novo padrão de atendimento e serviços, com o fim das enormes filas, das altas tarifas e das elevadas taxas cobradas pelos bancos até então. Por fim, havia também a expectativa de que a “invasão estrangeira” estimulasse a busca por uma maior eficiência por parte dos bancos nacionais no que se referia à sua administração interna, bem como na condução de negócios no mercado financeiro. (REVISTA SUMA ECONÔMICA, 1997, pp. 26-31)

3.1.3 O Acordo da Basiléia

A partir da década de 1970, com o fim do Sistema Monetário Internacional baseado em taxas de câmbio fixas, o sistema financeiro mundial torna-se mais frágil e com alta volatilidade.

Em virtude do aumento do risco sistêmico ocasionado pela liberação das taxas de câmbio, em 1974, os representantes dos bancos centrais do grupo de países chamado G-10, responsáveis pela supervisão bancária em seus países, decidiram criar o Comitê de Regulamentação Bancária e Práticas de Supervisão, sediado no Banco de Compensações Internacionais – BIS -, em Basiléia, na Suíça.

O objetivo principal da criação deste comitê foi melhorar a qualidade da supervisão bancária e fortalecer a segurança do sistema bancário internacional. O

papel do comitê, então, seria promover a discussão entre seus associados a respeito das questões de segurança bancária e assegurar que os mesmos cumpram as orientações resultantes.

Em 1988, o Comitê aprovou o acordo que ficou conhecido como “Acordo da Basiléia”. Dentre os países que participaram da aprovação deste acordo estavam os representantes dos bancos centrais do grupo de países chamado G-10: Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Holanda, Suécia, Reino Unido, Estados Unidos e Luxemburgo.

O acordo tinha como objetivo principal diminuir os riscos de insucesso das atividades bancárias. Com este objetivo, definiu mecanismos para mensuração do risco de crédito e estabeleceu a exigência de capital mínimo para suportar riscos.

Outro objetivo do acordo foi reduzir a desigualdade competitiva existente entre as instituições financeiras dos diversos países, gerada pelas diferenças locais na regulamentação bancária.

Anteriormente ao Acordo de Basiléia, o valor mínimo de capital exigido para os bancos era definido apenas pela alavancagem. Estabeleciam-se limites máximos de alavancagem, ou seja, limites para a razão Ativo/Capital da empresa bancária. O Acordo da Basiléia trouxe um novo modelo de cálculo do capital necessário para cada instituição bancária. Por este modelo, além da alavancagem, o nível de risco destas instituições também foi considerado.

No Brasil, o Acordo da Basiléia somente foi assinado seis anos depois, em 1994, com a Resolução nº 2.099 do Banco Central. Esta Resolução, porém, diferenciou-se um pouco do Acordo, pois ignorou alguns de seus itens incluindo outros não pertencentes ao acordo. Outras resoluções seguiram-se, procurando um melhor ajuste entre as normatizações nacionais e as referentes ao Acordo.

Em face aos avanços alcançados com o Acordo de 1988, chamado posteriormente de Basiléia I, e de algumas lacunas identificadas no mesmo, o Comitê de Basiléia resolveu criar um novo Acordo: o Basiléia II.

O Acordo da Basiléia II foi assinado em 2004. Seus principais objetivos foram o fortalecimento da estrutura de capital das instituições; a promoção da estabilidade financeira; o favorecimento à adoção das melhores práticas de gestão de riscos; e o estímulo à uma maior transparência e disciplina de mercado.

O Acordo baseia-se em três pilares, a saber:

- Pilar I – fortalecimento da estrutura de capitais das instituições;
- Pilar II – estímulo à adoção das melhores práticas de gestão de, e;
- Pilar III – redução da assimetria de informação e favorecimento da disciplina de mercado.

No Brasil, as diretrizes do Acordo da Basiléia II estão em implantação, seguindo os pilares propostos.

3.2 A Reestruturação Bancária

A combinação de perda dos ganhos inflacionários, restrição de crédito, inadimplência e concorrência externa acabou gerando uma crise no setor. A dinâmica do setor foi alterada de modo a não mais voltar ao patamar anterior. Não restou dúvidas de que muitas mudanças teriam que ser feitas no setor bancário de modo a conter a crise e remodelar o setor para o novo estágio econômico do país.

A maneira encontrada pela maioria dos bancos para compensar uma parte de suas perdas foi um incremento na prestação de serviços ao público cobrando altas tarifas bancárias. Entretanto, nem todos os bancos puderam contar com esta estratégia, apenas os bancos com clientela maior e mais diversificada puderam se beneficiar desta política.

A adoção por parte dos bancos da cobrança de tarifas de prestação de serviços como uma das principais fontes de receita, a partir de 1994, foi uma medida tão acertada que nos anos seguintes sua participação nas receitas bancárias foi ascendente. Conforme dados do BACEN, em dezembro de 1994, a soma das receitas de prestação de serviços do setor era equivalente a 26% do total das despesas de pessoal, enquanto em 2005 este percentual já era de 113%.

Conforme as tabelas a seguir, verificamos a importância da receita de tarifas bancárias sobre as despesas de pessoal a partir de 1994:

Tabela 1

Participação das Receitas de Prestação de Serviços sobre as Despesas de Pessoal dos Principais Bancos (1994 e 2005)

BANCO MÚLTIPLO	1994	2005
1 BANCO DO BRASIL	13,2%	95,3%
2 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	39,5%	92,5%
3 *ITAÚ HOLDING	53,4%	191,8%
4 BRADESCO	39,0%	138,4%
5 UNIBANCO	61,0%	112,4%
6 BANESPA (1)	5,8%	116,2%
7 HSBC (2)	72,7%	133,8%
8 *ABN AMRO NO BRASIL (3)	11,8%	102,4%
9 BANCO SAFRA	51,7%	81,1%
10 NOSSA CAIXA	7,4%	42,8%
11 BANRISUL	20,4%	66,3%
12 BANESE	22,8%	49,1%
15 BANESTES	26,7%	100,5%
16 BANCO DE BRASÍLIA – BRB	14,6%	68,4%
14 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	15,5%	116,7%
15 BMG S.A	20,3%	303,7%
Valor Total dos 50 maiores bancos	26,0%	102,3%

Fonte: Banco Central e DRE dos Bancos em 2003 * consolidado

Notas: 1) em 1994, Banco Público Estadual

2) em 1994, HSBC Investment

3) em 1994, exclusivamente Banco Real.

Elaboração: DIEESE. Subseção SEEB DF

A primeira tabela demonstra um significativo aumento da participação das receitas com tarifas bancárias sobre a despesa com pessoal no período de 1994 a 2005. Além de evidenciar um aumento na cobrança de tarifas, esta tabela também demonstra o resultado de outra estratégia adotada pelos bancos no período: a redução de custos via corte de empregos.

A evidência desta política pode ser vista através da tabela abaixo:

Tabela 2

Número de ocupados no setor bancário Brasil - 1989/1999

Anos	Nº. de ocupados
1989	811.425
1990	740.745
1991	687.326
1992	669.413
1993	666.443
1994	624.756
1995	558.691
1996	497.109
1997	463.329
1998	420.218
1999	414.803

Fonte: Caged- MTB

Elaboração: Dieese

Na busca de novas alternativas de rentabilidade para suprir a perda com as receitas inflacionárias, além do aumento na cobrança de tarifas, redução de pessoal, os bancos apostaram no mercado externo para a captação de recursos. Esta atitude foi motivada pela escassez de recursos no mercado interno, devido, principalmente, à política restritiva do governo adotada em função do controle inflacionário. A captação externa deu bons resultados, contribuindo para a manutenção da atividade de concessão de crédito pelos bancos brasileiros.

A cobrança de juros mais altos nas operações de empréstimos foi outro meio encontrado pelos bancos para compensar a perda com as receitas inflacionárias.

O setor bancário brasileiro, composto por inúmeras instituições financeiras, muitas delas de pequeno porte e dependentes dos recursos das instituições maiores, não conseguiria manter-se inalterado frente à estabilidade econômica permanente estabelecida a partir do Plano Real. Assim, um processo de liquidações, fusões e incorporações foi observado na tentativa de ajuste do setor.

Na tabela a seguir, vemos esta mudança no setor bancário:

Tabela 3

Quantidade de bancos múltiplos e comerciais Brasil - 1993/1998 unidade

Bancos	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Grande porte	27	29	29	27	28	22
Médio porte	59	64	58	54	52	49
Pequeno porte	50	51	55	55	51	49
Micro porte	81	78	78	76	68	69
Sem carteira comercial	25	22	24	18	17	17
Caixa econômica	2	2	2	2	2	2
Total	244	246	246	232	218	208

Fonte: Cadinf- Deorf/Copec

(1): Inclui bancos em funcionamento e em liquidação.

3.2.1 O PROER

No início da crise, quando os processos de liquidação se restringiam aos bancos pequenos e ineficientes do sistema financeiro, o governo não se preocupou em tomar medidas maiores. Quando, porém, bancos grandes, com grande participação nos ativos financeiros do Brasil, como o Nacional e o Econômico, começaram a dar sinais de risco de falência, o governo teve que criar uma estratégia para evitar a queda da confiança no sistema financeiro nacional que a situação poderia ocasionar.

Uma das medidas tomadas foi criar o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), em 1995. Este programa consistiu basicamente na concessão de linhas de crédito especial voltadas ao financiamento de fusões e aquisições bancárias. O Banco Central iniciou a aceitar créditos “podres” a vencer, além dos já vencidos, como forma de garantia no pagamento de empréstimos a bancos em fusão ou incorporação.

De acordo com MAIA (2003, p. 5),

o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) baseou-se em dois princípios gerais: a preservação da estabilidade do sistema de pagamentos via garantia dos depósitos dos aplicadores; e a penalização das más políticas bancárias, via

transferência do controle acionário das instituições socorridas pelo programa. Os bancos problemáticos foram divididos em "banco bom" e "banco ruim", o primeiro sendo adquirido por outra instituição bancária (depois de saneados por meio das operações PROER), e o segundo sendo liquidado pelo Banco Central. Ao todo, as operações PROER somaram R\$ 20,4 bilhões, ou aproximadamente 2,7% do PIB médio de 1995-96-97.

Outras medidas tomadas dentro do PROER foram:

- criação da Central de Risco de Crédito;
- aprovação do estatuto e regulamento do Fundo de Garantia de Créditos;
- responsabilização dos responsáveis pelas demonstrações financeiras em casos de irregularidades na instituição financeira;
- alteração da legislação que trata da abertura de dependências dos bancos no exterior e consolidação das demonstrações financeiras dos bancos no Brasil com suas participações no exterior;
- permissão de cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras.

Tabela 4

PROER: Valor das operações¹ (1995 a 1997)

PROER - Operações	R\$ milhões
PROER - modelo geral 1 - bancos grandes	14.070
PROER - modelo geral 2 - bancos pequenos e médios	1.251
CEF ² /	5.038
Total	20.359

1/Valores históricos.

2/Financiamento para aquisição de carteira imobiliária.

Fonte: Banco Central do Brasil.

3.2.2 O Comportamento do Crédito Bancário de 1994 a 1999

Com as perdas dos ganhos com *float*, como dito anteriormente, os bancos foram obrigados a buscar novas fontes de receitas para se manterem rentáveis. O crédito, no longo período de inflação que passou o Brasil, foi deixado em segundo plano, já que havia outras aplicações financeiras mais lucrativas e mais fáceis para os recursos das instituições financeiras.

Em alguns momentos antes da estabilização permanente da economia, alcançada no Plano Real, como em 1986, com o Plano Cruzado, o comportamento em relação ao crédito dos bancos se alterou, porém não tão significativamente.

A partir de 1994, porém, a concessão de crédito voltou a ser importante para os bancos. Prova disto é o grande aumento de alavancagem dos bancos logo em seguida à implantação do Plano Real.

A expansão das operações de crédito no período imediato à implantação do Plano Real, porém, caracterizava-se por operações de empréstimo de curto prazo. Esta atitude evidenciava o perfil de aversão ao risco das instituições bancárias brasileiras ainda muito presente.

O grande aumento na alavancagem observada inicialmente não foi consistente. Em 1996, o aumento foi anulado devido ao temor de que a crise mexicana contaminasse o sistema financeiro nacional. Em um curto espaço de tempo, a aversão ao risco dos bancos voltou a predominar.

A tabela abaixo demonstra este movimento de ascensão e queda da alavancagem dos bancos no período:

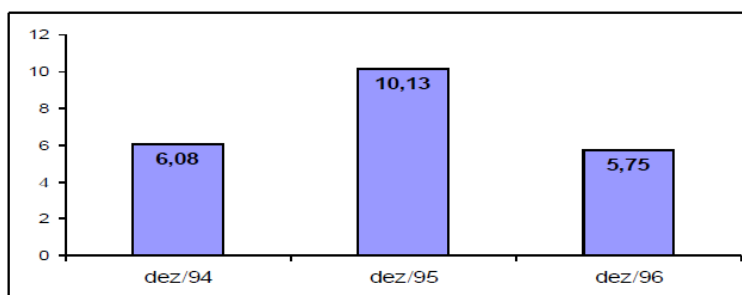


Figura 1: Alavancagem (Ativo Ajustado/Patrimônio Líquido) dos Bancos Múltiplos Privados – 1994 a 1996.

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil – Suplemento Estatístico.

Igualmente a tabela abaixo mostra a participação das operações de crédito no período 1994 a 1998 evidenciando a alta participação no primeiro ano e a queda nos anos seguintes.

Ativo	Dez 1994	Dez 1995	Dez 1996	Dez 1997	Out. 1998
Disponibilidades	0,6	1,1	0,7	0,7	0,7
Dep. Comp.	9,0	5,3	4,6	8,4	5,0
Oper. Int. Com.	1,2	5,5	(1,3)	1,8	1,7
Tit. e Val. Mob.	15,8	12,6	19,4	19,7	24,9
.Tit. Pub	5,4	7,0	16,4	15,3	16,4
.Outros Tit.	10,4	5,7	3,0	4,4	8,6
Op. De Créd	46,6	44,1	45,1	41,2	34,9
HaverExternoCp	3,5	3,3	3,7	3,4	3,0
Op. Cambiais	9,7	10,9	9,8	8,6	12,3
Permanente	11,9	12,4	13,0	12,6	14,4
.Investim.	7,9	8,5	9,8	10,1	12,2
Outras	1,6	4,8	5,1	3,6	3,1
Total	100	100	100	100	100

Figura 2: Bancos Múltiplos privados – Princípios contas do Ativo e sua participação.
Fonte: Elaborado a partir do Boletim BACEN (Suplemento Estatístico).

Outro elemento que influenciou este movimento de retração do crédito após um período de grande crescimento foi o aumento da inadimplência.

Segundo Mendonça de Barros e Almeida (1997), os períodos de expansão rápida do crédito não raro são acompanhados pelo aumento da vulnerabilidade das instituições financeiras, pois os devedores se encontram transitoriamente com folga de liquidez, dificultando, assim, a análise de risco mais rigorosa por parte dos bancos. A corrida para o aumento de crédito à custa de maiores riscos contribuiu para a fragilização e a quebra de grandes bancos no início do Plano Real que não apresentavam condições patrimoniais e de mercado, já antes da estabilização monetária, para mudarem a composição do ativo para substituir os ganhos com a alta inflação.

Acreditava-se que o Plano Real traria um grande aumento no nível de crédito da economia, o que não foi observado ao longo dos anos. Pode-se dizer que houve dois momentos em relação ao crédito após a estabilização da economia. O primeiro foi um momento de euforia para os consumidores, que em vista do fim da inflação, começaram a demandar mais bens, financiados pelo crédito bancário. O segundo momento caracterizou-se por um período de aumento da inadimplência em função da euforia inicial dos consumidores. Esta situação de inadimplência foi responsável por várias medidas restritivas por parte do governo em relação ao crédito, provocando sua contração.

Então, houve um momento de aumento expressivo na demanda acompanhado por um aumento grande também no crédito. No momento seguinte,

porém, a inadimplência, juntamente com medidas de controle da demanda efetuadas pelo governo, reduziu o crédito no país.

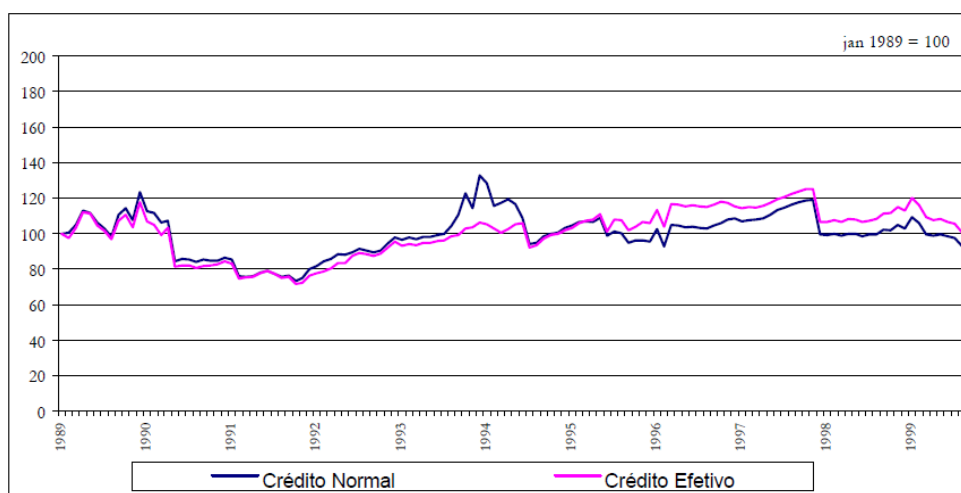


Figura 3: Sistema Bancário – Crescimento do Crédito Total de 1989 a 1999.
Fonte: Sisbacen.

Muito embora com altos e baixos, o crédito permaneceu estável ao longo do período 1994 a 1999, crescendo significativamente no período posterior, conforme mostra o gráfico abaixo:

Juros, *Spread* e Crédito Livre Doméstico/PIB

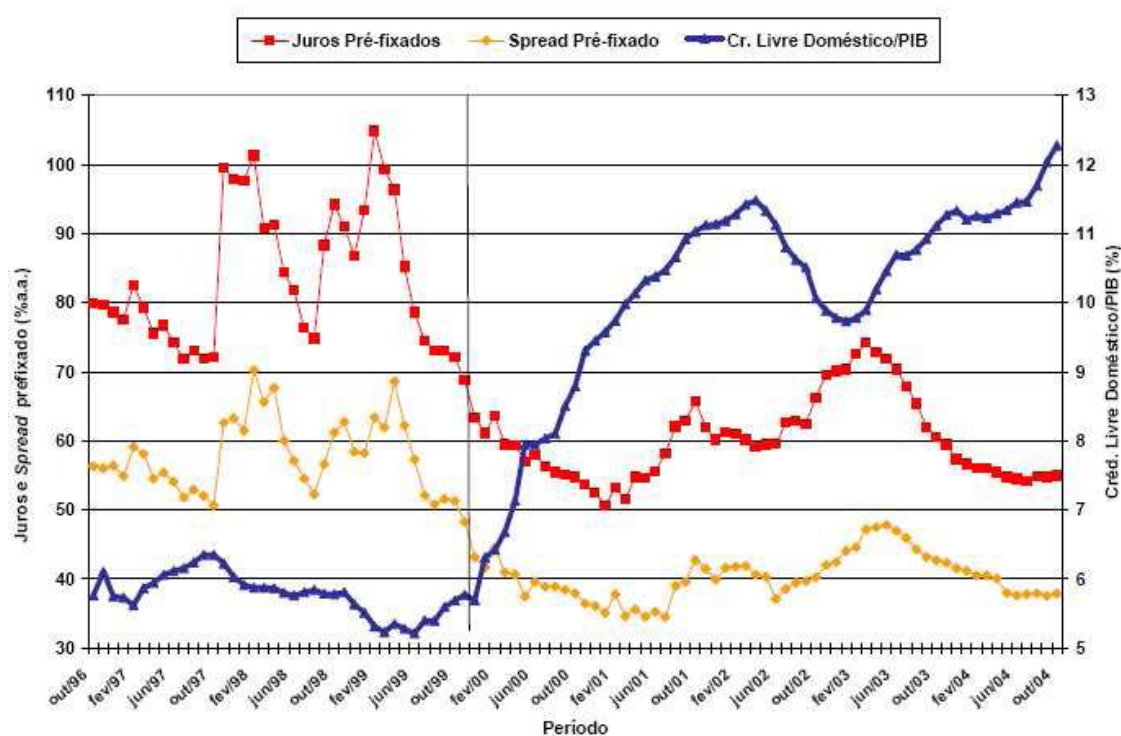


Figura 4: Juros, *Spread* e Crédito Livre Doméstico/PIB

Fonte: BACEN, 2004

Analisando-se o crédito bancário por setores, observa-se um movimento ascendente do crédito ao setor privado. O crédito concedido ao setor público, entretanto, declinou.

Constatou-se também a redistribuição do crédito entre segmentos do setor privado, favorecendo as pessoas físicas em detrimento do setor produtivo, especialmente, do crédito à habitação e do crédito à agricultura.

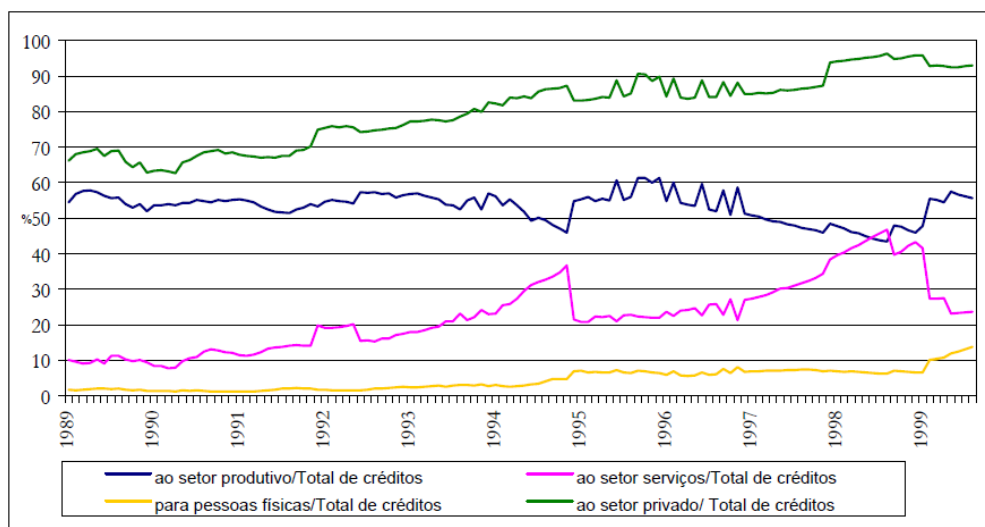


Figura 5: Sistema Bancário – Crédito Concedido ao Setor Privado em Relação ao Total – 1989 a 1999.

Fonte: Sisbacen.

A tendência de queda nas operações de crédito destinadas ao setor produtivo e o aumento das destinadas às pessoas físicas ocorreu tanto nos bancos públicos quanto nos privados, como mostra o gráfico abaixo:

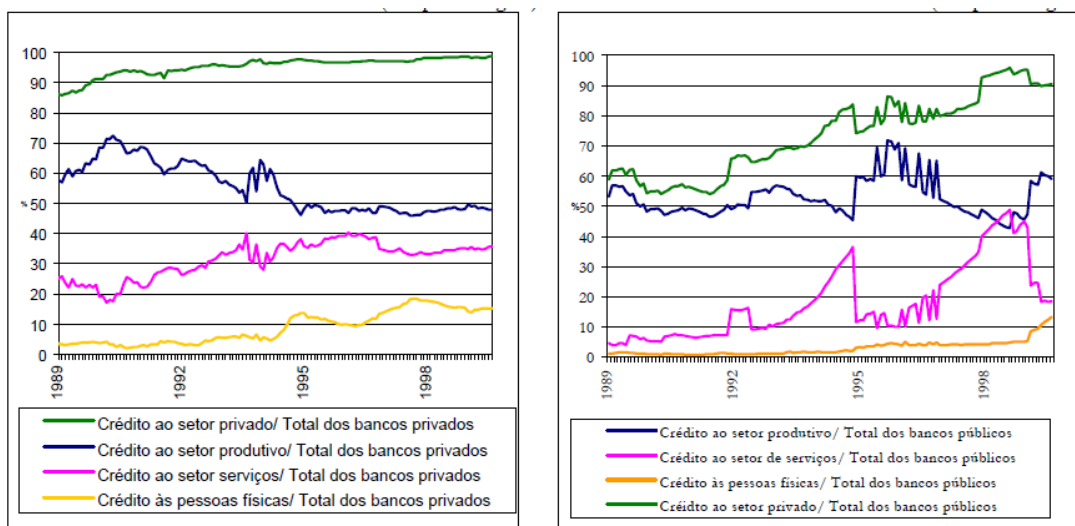


Figura 6: Bancos Privados: Crédito ao Setor Privado. Bancos Públicos: Crédito ao Setor Privado.

Fonte: Sisbacen.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho, pode-se evidenciar a importância da intermediação financeira no desenvolvimento das economias, através da “ponte” estabelecida por ela entre os agentes superavitários e os agentes deficitários. Os bancos, como um dos principais representantes da intermediação financeira, além de intermediadores financeiros, são também criadores de moeda, fato que os torna ainda mais importantes no sistema financeiro e conseqüentemente no desenvolvimento econômico.

A grande importância que os bancos têm nos sistemas financeiros de muitos países, sobretudo países em desenvolvimento, faz com que o estudo de sua participação no financiamento destas economias seja essencial na busca por medidas em prol do desenvolvimento econômico.

Tomando o Brasil como referência e adotando o período pós-reestruturação bancária como ponto de partida, procurou-se analisar a influência do setor bancário no volume de crédito da economia.

Na análise da evolução histórica do setor bancário desde a reforma do sistema financeiro efetuada pelo governo militar em 1964 até a implantação do Plano Real em 1994 e a conseqüente reestruturação bancária posterior, observou-se o comportamento das instituições bancárias frente às várias mudanças impostas, seja pelo governo, seja pela conjuntura econômica.

O estudo desta evolução do setor bancário proporcionou o conhecimento das várias mudanças ocorridas em sua estrutura, seu padrão de comportamento ao longo do período. Este conhecimento suscitou a necessidade de se averiguar como estas transformações atingiram o crédito no país.

O fato de o crédito não ter crescido significativamente após a estabilização, sendo que as perspectivas do governo indicavam o contrário, fez com que se criasse a dúvida da responsabilidade dos bancos neste resultado.

Analisando as teorias da firma bancária sobre o comportamento dos bancos a respeito da oferta de crédito, concluiu-se que nem as teorias neoclássicas nem a pós-keynesiana apontam para um racionamento de crédito por parte das empresas bancárias. Na teoria neoclássica “velha”, os bancos são neutros, responsáveis pela intermediação financeira no seu sentido estrito, não tendo capacidade de influenciar o volume de crédito da economia. Na teoria neoclássica “nova”, os bancos são gerenciadores de portfólio, procurando atender as necessidades do público até o ponto de equilíbrio entre custo marginal e receita marginal. Na teoria pós-keynesiana, os bancos não são apenas intermediadores podendo criar moeda além dos depósitos.

Não sendo os bancos os responsáveis diretos pelo não crescimento do crédito no Brasil, admitiu-se a possibilidade da intervenção estatal neste processo.

Dentre as ações tomadas pelo governo neste período, como a criação do PROER, abertura ao capital estrangeiro, a assinatura do Acordo da Basiléia I observou-se a importância deste último na restrição do crédito no país.

Ao assinar o acordo, o país acabou por estabelecer normas aos bancos ainda mais austeras que as propostas naquele. A restrição de crédito resultante provocou dificuldades para os bancos, desviando o setor bancário de sua trajetória na concessão de crédito. As aplicações em títulos públicos voltaram a ser mais atrativas que o mercado de crédito.

O setor bancário, então, como em várias situações de sua história, acabou deixando em segundo plano a concessão de crédito em favor da aplicação em papéis da dívida pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO Central do Brasil. Disponível em: <HTTP.www.bcb.gov.br>.

BARROS, J Mendonça de; ALMEIDA JÚNIOR, M. *A Reestruturação do Sistema Financeiro no Brasil*. Brasília: Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Econômica, 1996.

CARVALHO, F. C. *et al. Economia monetária e financeira*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CORAZZA, Gentil. *Crise e reestruturação bancária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2000 (Texto para Discussão, n. 8/2000).

COSTA, Fernando Nogueira da. *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*. São Paulo: Atlas, 1999.

DIEESE. Bancos (e finanças) no Brasil: reestruturação e tendências. Boletim Dieese, maio/jun. 1999 a. 10p.

FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro; produtos e serviços. 16ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. 812 p.

GURLEY, J; SHAW, E. Financial aspects economic development. *American Economic Review*, v. 45, n. 4, sept. 1995.

HILLBRECHT, Ronald. *Economia monetária*. São Paulo: Atlas, 1999.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da Moeda*. São Paulo: Atlas, 1973.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. *Economia monetária*. São Paulo: Atlas, 1998.

MAIA, Geraldo Villar Sampaio. *Reestruturação Bancária no Brasil: o caso do PROER*. Notas técnicas do Banco Central n.38 2003. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em: 20 novembro de 2010.

MINSKY, H. Financiamento e lucros. *Cadernos Ange*, Rio de Janeiro, n. 2, 1992.

NETO, A. A. *Mercado Financeiro*. São Paulo: Atlas, 2009.

OS MAIORES bancos do Brasil. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v 53, n. 6, 1998.

REED, Edward W.; GILL, Edward K. Bancos Comerciais e Múltiplos. Tradução de Maria Claudia Santos Ribeiro Ratto. Revisão técnica de Roberto Luís Troster. São Paulo: Makron Books, 1994. 566 p.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de Economia*. São Paulo, 2004. Best-seller.

SOARES, Ricardo Pereira. *Evolução do crédito de 1994 a 1999: uma explicação*. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para discussão do IPEA, n. 808).

TOBIN, James. The commercial banking firm: a simple model. *Scandinavian Journal of Economics*, v. 84, n. 4, 1982.

TROSTER, R. L. *Overbanking no Brasil*. São Paulo: Makron Books 1997.

CHICK, Victoria. *Macroeconomia Após Keynes: Um Reexame da Teoria Geral*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993